

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 482, DE 2018

(Do Poder Executivo)

MSC 793/2018

AV 713/2018

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.692, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapipoca, Estado do Ceará.

Mensagem nº 793

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 757, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Pró – Desenvolvimento de Simolândia, no município de Simolândia – GO;
- 2 - Portaria nº 1.141, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Gama, na localidade do Gama – DF;
- 3 - Portaria nº 1.086, de 7 de junho de 2017 – Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, na localidade de Samambaia – DF;
- 4 - Portaria nº 1.875, de 7 de junho de 2017 – União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado, no município de Lajeado – RS;
- 5 - Portaria nº 812, de 5 de julho de 2018 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia, na localidade de Samambaia – DF;
- 6 - Portaria nº 1.691, de 4 de abril de 2018 – Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho, na localidade de Sobradinho – DF; e
- 7 - Portaria nº 1.692, de 4 de abril de 2018 – Associação Cultural de Itapipoca, no município de Itapipoca – CE.

Brasília, 27 de dezembro de 2018.



EM nº 00329/2018 MCTIC



1692/18

Brasília, 9 de Julho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016402/2015-33, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itapipoca / CE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

PORTARIA Nº 1692/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001816/1998 e nº 53900.016402/2015-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



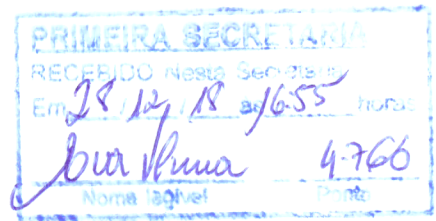
Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/04/2018, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2808043** e o código CRC **256F244B**.

Referência: Processo nº 53900.016402/2015-33

SEI nº 2808043



Aviso nº 713 - C. Civil.

Em 27-/de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado GIACOBLO
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

MSC 723/2018
VR 4766 482/2018

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 757 e 1.141, de 2016; 1.086 e 1.875, de 2017; 812, 1.691 e 1.692, de 2018.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Anexo: 01 CD.



INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53900.016402/2015-33
Interessado:	Associação Cultural de Itapipoca
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.579.495/0001-80
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	CE
Localidade:	Itapipoca
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 10/04/2018, às 14:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2868881** e o código CRC **A2A41E56**.

Referência: Processo nº 53900.016402/2015-33

SEI nº 2868881

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 7357/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.016402/2015-33**

Processo de Outorga nº: **53650.001816/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **Associação Cultural de Itapipoca**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itapipoca / CE**, por meio da Portaria nº **408**, publicada no DOU de 21/08/2003, e Decreto Legislativo nº **477**, publicado no DOU de 03/06/2005.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 03/06/2015. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício de encaminhamento, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 09/04/2015, às 09:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 10/04/2015, às 08:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0453097** e o código CRC **D8F35D28**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 10653/2015/SEI-MC

Brasília, 09 de abril de 2015

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Cultural de Itapipoca
Rua José do Patrocínio, nº 840, Centro
62.500-000 / Itapipoca – CE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.016402/2015-33.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7357/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata da renovação de outorga da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta, em 10/04/2015, às
08:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0453109** e o código CRC **016FE4C2**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 10653/2015/SEI-MC

Brasília, 09 de abril de 2015

Ao(A) Senhor(a)
REPRESENTANTE LEGAL
Associação Cultural de Itapipoca
Rua José do Patrocínio, nº 840, Centro
62.500-000 / Itapipoca – CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.016402/2015-33.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7357/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata da renovação de outorga da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta, em 10/04/2015, às 08:27,
conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0453109** e o código CRC **016FE4C2**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 7357/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.016402/2015-33**

Processo de Outorga nº: **53650.001816/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **Associação Cultural de Itapipoca**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itapipoca / CE**, por meio da Portaria nº **408**, publicada no DOU de 21/08/2003, e Decreto Legislativo nº **477**, publicado no DOU de 03/06/2005.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 03/06/2015. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de

Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício de encaminhamento, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 09/04/2015, às 09:08, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 10/04/2015, às 08:27, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0453097** e o código CRC **D8F35D28**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Correios

R\$ 09,15

24.04.15 - 09:57

AC MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

AO REMETENTE

SCE/CGRC
Ofício nº 10653/2015 /SEI-MC, Brasília, 09 de abril de 2015
Processo nº 53900.016402/2015-33
REPRESENTANTE LEGAL
Associação Cultural de Itapipoca
Rua José do Patrocínio, nº 840, Centro
62.500-000 Itapipoca - CE

AO REMETENTE

AR

 **REGISTRADO URGENTE**
REGISTERED PRIORITY

AR ☐ PESO / WEIGHT (kg)

JH 03873715 2 BR





SEI 53900.016402/2015-33 / pg. 11

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO ENVIO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO	SCE/CGRC Ofício nº 10653/2015 /SEI-MC, Brasília, 09 de abril de 2015 Processo nº 53900.016402/2015-33 REPRESENTANTE LEGAL Associação Cultural de Itapipoca Rua José do Patrocínio, nº 840, Centro 62.500-000 Itapipoca – CE	
ENDEREÇO / A		
CEP / CODE POST	AYS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JH 03873715 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
____/____/____

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica

EN

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

CI

70044-900

Brasília-DF

UF

BRASIL

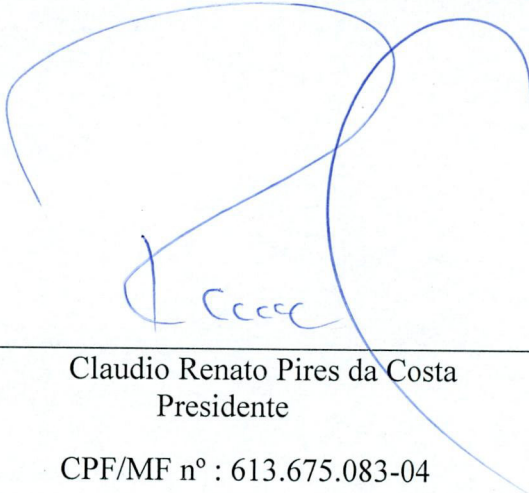
--	--	--	--	--	--	--	--

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.579.495/0001-80, com sede a Rua José do Patrocínio nº 840, Bairro Centro, na Cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, CEP:62.500-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria/MC nº 408 datada de 14.08.2003, publicada no DOU de 21.08.2003, homologada pelo Decreto Legislativo nº 477, datado de 02.06.2005 publicado no DOU de 03.06.2005, vem respeitosamente à presença de V.Ex.^a, requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Itapipoca CE, 15 de Maio de 2015.



Claudio Renato Pires da Costa
Presidente

CPF/MF nº : 613.675.083-04

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 27/05/15 às 15/10 horas

Assinatura: Conceição

Endereço para correspondência: Rua José do Patrocínio nº 840, Bairro Centro, na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, CEP:62.500-000,
email : renatotre@bol.com.br... telefone (88) 3631-3988..(88) 99612914



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 613.675.083-04

Nome da Pessoa Física: CLAUDIO RENATO PIRES DA COSTA

Situação Cadastral: REGULAR

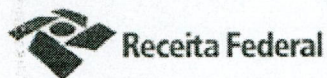
Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **07:38:40** do dia **15/05/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **1263.AF85.CAC3.3787**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.579.495/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/06/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOSE DO PATROCINIO	NÚMERO 840	COMPLEMENTO	
CEP 62.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAPIPOCA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **14/05/2015** às **08:53:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA
CNPJ: 02.579.495/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 17:04:54 do dia 12/05/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/11/2015.

Código de controle da certidão: **69FA.4BCD.BF34.C9AA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02579495/0001-80

Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA

Endereço: RUA JOSE DO PATROCINIO 840 / CENTRO /
FORTALEZA / CE / 62500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/04/2015 a 27/05/2015

Certificação Número: 2015042807094677691947

Informação obtida em 14/05/2015, às 08:59:53.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201502542344**

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 02.579.495/0001-80
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 14/05/15 ÀS 08:57:20
VÁLIDA ATÉ 13/07/2015**

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE ITAPIPOCA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

Certidão Negativa de Débitos Municipais

Nr.: 7334

Certidão fornecida para:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

Código:

CNPJ/CPF Nº: **02579495000180**

ENDEREÇO: RUA JOSE DO PATROCINIO 840 CENTRO ITAPIPOCA

Certificamos que, revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, **NÃO EXISTEM** pendências de natureza tributária e não tributária em nome do requerente, pelo que, expedimos a presente Certidão com prazo, na forma da LEI Nº 0108/2007 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007, ressaltando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

Certidão pedida em **13/05/2015 10:10:25**
Esta Certidão tem validade até 12/06/2015

Francisco Jose Carneiro
Sup. de Fisc. Tributaria - Port. 033/2015

Qualquer rasura ou emenda tornará este documento inválido



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ: 02.579.495/0001-80

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:12:21 do dia 21/05/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/06/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

MICROFILMADO

2.937
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

ATA DA ASEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ:02.579.495/0001-80

AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 840, CENTRO, CEP:62.500.000

Aos 6 (seis) de março de 2015 (dois mil e quinze), as 19:00 hs, na Rua José do Patrocínio, 840, Bairro Centro, Cep: 62.500.000 em sua sede social no Município de Itapipoca, Ceará, reuniram-se a diretoria da entidade, instituidores, associados e populares em primeira convocação, sob a Presidência Maria Silvenilda Magalhães, todos adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberar a respeito do comunicado afixado na sede da entidade, a fim de tratar da ordem do dia: **1) Reforma no estatuto da entidade** **2) Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.** Após a leitura do comunicado de convocação, a Senhora Presidente convidou para secretariar os trabalhos da reunião o Sr. Luís de França Feliciano Camerino, após a aceitação do Secretário pelos presentes deu inicio aos trabalhos. A Sra. Presidente convidou a diretoria para compor a mesa, juntamente com os demais componentes, designando posteriormente para apreciação da Assembleia Geral a: **1) Reforma no estatuto da entidade**, sendo o mesmo submetido a votação que recebeu os votos de todos os presentes, sendo aprovado na íntegra. Dando prosseguimento aos trabalhos, procedeu-se a: **2) Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal**, onde foram eleitos por aclamação para o período de 06 (seis) de março de 2015 (dois mil e quinze) á 06 (seis) de março de 2019 (dois mil e dezenove): O Sr. Claudio Renato Pires da Costa para Diretor Presidente; O Sr. José Maria Pereira do Nascimento Para Diretor de Administrativo; O Sr. Raidson Barroso Tabosa Para Diretor de Operações; passando em seguida para eleição do Conselho Fiscal, sendo eleitos da mesma forma os seguintes membros: o Sr. Gilvan Rodrigues Matias Para Presidente do Conselho Fiscal; para Conselheiro o Sr. Bruno Viana Valente; para Conselheiro o Sr. Luís de França Feliciano Camerino; para Conselheira o Sra. Sarah Erika Rodrigues Pinto; para Conselheiro o Sr. Francijorge Domingues Farias; para Conselheiro o Sr. Francisco Renato Cunha Soares.

Após a eleição seus integrantes tomaram posse imediatamente de seus cargos, conforme assinaturas abaixo, por estarem eleitos de acordo com as regras estatutárias. o Presidente convocou todos os presentes para assinar a Ata, visto que não tinha mais nada a tratar. Encerrou-se, assim a presente Assembleia Geral, da qual eu Luís de França Feliciano Camerino, lavrei a presente Ata que assino com os demais dirigentes e associados. Itapipoca (Ce), 06 de março de 2015. Seguem as assinaturas.

AUTENTICAÇÃO
José Maria Pereira do Nascimento, Emilio Rodrigues de Sousa, Luís de França Feliciano Camerino, Claudio Renato Pires da Costa, Reginaldo Araújo Bezerra, Domingues Farias, Raidson Barroso Tabosa, Gilvan Rodrigues Matias, Valente, Joana Dore-Moura Sousa, José Wanderlei Sousa Soares,



☐ Amélia de Sousa Frota - 1ª Tabelião
☐ Eliab de Sousa Frota - Substituto Ofício
VALIDO SOMENTE COM SELLO AUTENTICAÇÃO

Requerimento (0531532)

SEI 53900.016402/2015-33 / pg. 22

BRUNO Raidson

MICROFILMADO

2.937
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

Manoel Teixeira dos Santos, José Eloilson Freire Magalhães, Dayane Freitas Holanda, Maria Analiana de Almeida Firmino, Maria Silvenilda Magalhães, Valquiria Dutra Teixeira, Gorete Evangelista Campos, Maria Lucineide Alves Oliveira, Maria Delane Moura Pereira Castro, Maria Francilene Rodrigues Ramos Carvalho, Antonia Eridam Mendes Freitas, Maria Sandra de Sousa Pires, Estevyna Irineu de Araujo da Silva, Francisca Matias de Sousa, Luiz Carlos Albuquerque Carneiro, Antônio Matias de Lima, Francisco de Assis Santos Viana, Sarah Erika Rodrigues Pinto, Marcio Pereira Freire, José Alberto Braga Alves, Francisca Liliana Gomes Teixeira, Lucia Matias de Oliveira Sousa, Francisco Renato Cunha Soares, Marcos Antônio de Sousa Moura.

Claudio Renato Pires da Costa

Autentico para os devidos efeitos a presente fotocópia que é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

Presidente

Itapipoca - CE 22 MAIO 2015

José Maria Pereira do Nascimento

Diretor administrativo

Raidson Barroso Tabosa MONTENEGRO

Raidson Barroso Tabosa MONTENEGRO

Diretor de Operações

Gilvan Rodrigues Matias

Presidente do Conselho Fiscal

Luiz de França Feliciano Camerino

Conselheiro

Sarah Erika Rodrigues Pinto

Conselheira

FRANCISJORGE DOMINGUES FARIAS

Conselheiro

FARIAS

Bruno Viana Valente

Conselheiro

Francisco Renato Cunha Soares

Conselheiro

Maria Silvenilda Magalhães

- * Marcio pereira Freire
- * Maria sandra de souza pires
- * Luciamatias Di Oliveira souza
- * Maria Suzinide Alves de Oliveira
- * Antão Chaves Pereira
- * FRANCISCA LILIANA JONES TEIXEIRA



Reconheço, por autenticidade a(s) firma(s) de
Claudio Amato Brandão Costa que Ma-
ria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabelião
Isarides Pracianno Lima - Substituta
Celia Maria Moura Barroso - Substituta
 Itapipoca, 14 de maio de 2015

Em testemunho (3) da verdade
Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabelião
Isarides Pracianno Lima - Substituta
Celia Maria Moura Barroso - Substituta



2º. Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MOURA
 Av. Anastácio Braga, 557 - Fone (88) 3631.2066
 APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO AS FLS. 146 LIVRO
 Nº 02 REGISTRO EM MICROFILME Nº 2937
 Itapipoca, 14 maio. 2015
Maria Dayse Aguiar Moura - Oficiala
Isarides Pracianno Lima - Substituta
Celia Maria Moura Barroso - Substituta

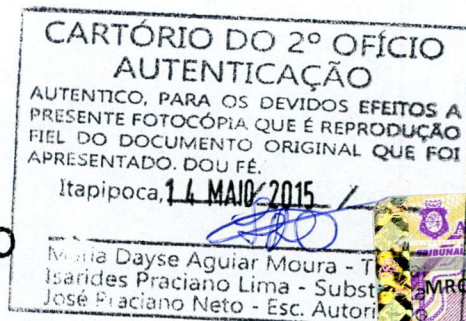
Tribunal de Justiça Cartório Moura - 2º Ofício	
Emolun.	47,13
FERMOJU	2,97
Valor Selo	3,82
ISS	2,36
FAADEP	2,36
Prenotação	39,66
Nº Selo AG	085.100
Via(s)	01
Válido somente com selo de autenticidade	



MICROFILMADO

2.938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
CNPJ:02.579.495/0001-80

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A **Associação Cultural de Itapipoca**, doravante denominada - **ACI**, fundada em 06 de junho de 1998, situada na Rua José do Patrocínio, 840, Centro, CEP:62.500.000, no Município de Itapipoca, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união pessoas, para fins não econômicos, do município de Itapipoca.

Parágrafo Primeiro – A **Associação Cultural de Itapipoca**, utilizará como denominação fantasia “ **Itapipoca FM**”, e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

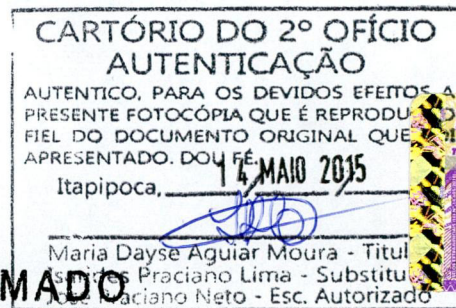
Art.2º- A **Associação Cultural de Itapipoca**, tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Contribuir pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- b) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- c) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- d) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- e) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;



MICROFILMADO


2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Parágrafo Primeiro – É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo – Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária. 

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º- A receita da **Associação Cultural de Itapipoca**, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Parágrafo Único – Os voluntários que prestam serviços para a Entidade, associados ou não, receberão uma ajuda de custo fixada pela Diretoria.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados às pessoas físicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

§ Único – A qualidade de associado é intransmissível.

Art. 6º - A **Associação Cultural de Itapipoca**, será composta pelas seguintes categorias de associados:

MICROFILMADO

2.938
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AUTENTICAÇÃO**
AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, A
PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE
APRESENTADO. DOU FÉ.
Itapipoca, 14 MAIO 2015
Maria Dayse Aguiar Moura - Titular
Isarides Praciano Lima - Substituta
José Praciano Neto - Esc. Autorizado



I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.

II – Contribuintes – os que contribuem da forma estipulada em Assembleia;

III – Beneméritos – os que contribuem com donativos e doações.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

a) ter voz, o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e não tenham faltado três assembleias consecutivas;

b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.

c) ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de voluntários, colaboradores e participantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria.

d) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios;

e) prestar serviços na condição de voluntário, sempre que convocados para tal, para o melhor desempenho das atividades da Entidade.

f) acatar as determinações da diretoria

g) comparecer e tomar parte nas assembleias Gerais,

Art. 9º - É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social: I – Grave violação do Estatuto; II – Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos; III – Promover atividades que contrariem decisões de Assembleias; IV – Desvio de bons costumes; V – Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais; VI – Falta de contribuições associativas estipulada em assembleia.

Parágrafo Único – A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocado especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

MICROFILMADO
2.538
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Associação Cultural de Itapipoca:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria executiva;
- c) Conselho Comunitário.
- d) Conselho fiscal, será o órgão de aferição, acompanhamento, avaliação e averiguação, eleito para acompanhar permanentemente o desempenho da entidade, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da diretoria, sendo composto três membros efetivos e três suplentes. § 1º - O conselho fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade. § 2º - Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos. § 3º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Art. 11 - A assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **Associação Cultural de Itapipoca**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 19 (dezenove) de dezembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

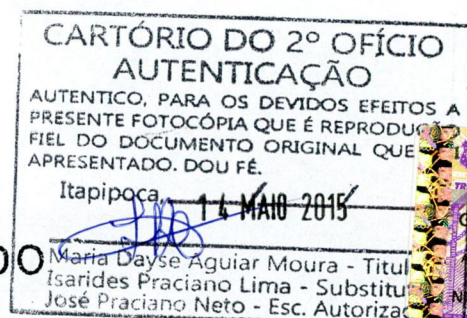
§ 1º - A assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Cultural de Itapipoca** e no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

MICROFILMADO

2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º do Art.11.

§2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Cultural de Itapipoca** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **Associação Cultural de Itapipoca**.
- e) Apresentar relatório anual a assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da assembleia Geral;

MICROFILMADO

2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



II) De cada dirigente:

a) Ao **Diretor Presidente** compete: representar a **Associação Cultural de Itapipoca**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da **Associação Cultural de Itapipoca**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário será composto pelas entidades elencadas no parágrafo primeiro, que indicarão um representante cada, para compor o conselho, e terá a função de aprovar a programação da emissora.

Parágrafo primeiro - Fazem parte do Conselho Comunitário:

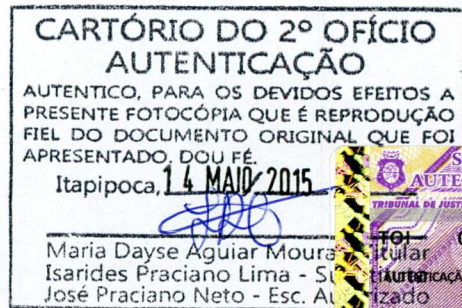
- a) Associação dos Moradores do Bairro do Cruzeiro b) Associação Comunitária do Bairro Alto Alegre, c) Associação Comunitária do Julho II, d) Associação de moradores e moradoras do bairro nova aldeota, e) Associação dos moradores do Bairro do Violeta.

Parágrafo segundo - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária,

MICROFILMADO

2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até cinco dias antes da assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

§3º - A comissão eleitoral será indicada ou formada pelo Conselho de Fundadores.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será composto pelas contribuições sociais definidas pela assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.



MICROFILMADO

2-538

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19 - A dissolução da **Associação Cultural de Itapipoca** ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na assembleia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 06 de março de 2015, e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Itapipoca, 06 de março de 2015.



MICROFILMADO
2-938
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

Associação Cultural de Itapipoca

[Signature]
Presidente

[Signature]
Diretor administrativo

Tribunal de Justiça	
Cartório Moura - 2º Ofício	
Emolun.	47,13
FERMOJU	9,97
Valor Selo	3,82
ISS	2,36
FAADEP	2,36
Prenotação	39,66
Nº Selo AG	85-101
Via(s)	01
Válido somente com selo de autenticidade	

[Signature]
Diretor de Operações

Reconheço por a [Signature]
[Signature]
[Signature] (3) Dou fé.
Itapipoca, 14 de maio de 2015
Em testemunho (3) da verdade
[Signature]
Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabeliã
Isarides Praciano Lima - Substituta
Cléia Maria Moura Barroso - Substituta
José Praciano Neto - Esc. Autorizado

Conselho Fiscal

[Signature]
Presidente do conselho

[Signature]
Conselheiro

[Signature]
Conselheiro

[Signature]
Conselheiro
FRANCISORGE DOMINGUES FARIAS

[Signature]
Conselheiro

[Signature]
Conselheiro

2º. Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MOURA
Av. Anastácio Braga, 557 - Fone (88) 3631.2066
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO AS FLS. 146 LIVRO
Nº 02 REGISTRO EM MICROFILME Nº 2-938
Itapipoca, 14 maio 2015
[Signature]
Maria Dayse Aguiar Moura - Oficial
Isarides Praciano Lima - Substituta
Cléia Maria Moura Barroso - Substituta



COMARCA DE ITAPIPOCA – ESTADO DO CEARÁ
CARTÓRIO MOURA – 2º. OFÍCIO DE NOTAS – 1ª ZONA IMOBILIÁRIA
2º Registro de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas e Protestos de Títulos
CNPJ: 06.581.532/0001-46
AV. ANASTÁCIO BRAGA, N.º. 557
TELEFONE : 088-3631.2066
FAX : 088-3631.1724
MARIA DAYSE AGUIAR MOURA - TITULAR

CERTIDÃO N.º. 449

CERTIFICO como me faculta a Lei, a requerimento verbal da parte interessada que, dando busca no arquivo deste Cartório, verifiquei que a ATA da assembleia Extraordinária Para Criação e instalação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPOSTIVA DE ITAPIPOCA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.579.495/0001-80, FOI REGISTRADA NO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE ITAPIPOCA, como conta registro sob n.º 735, fls. 28, do livro n.º 01, do Registro de pessoas jurídicas, datado de 15 de outubro de 2001. Bem como o ESTATUTO da referida Associação, sob o n.º 591, em data de 17 de junho de 1998. CERTIFICO mais que a ATA da referida associação foi reformulada conforme consta do novo registro e microfilme n.º 2.937, protocolado as fls. 146, do livro A-2, do registro de pessoas jurídicas, datado de 14 de maio de 2015; e também seu ESTATUTO foi reformulado, conforme consta do novo registro 2.938, protocolado as fls. 146, do livro A-2. CERTIFICO ainda que a Associação acima referida tem personalidade jurídica. O referido é verdade. Dou fé.

Tribunal de Justiça	
Cartório Moura – 2º Ofício	
Emolun.	15,79
FERMOJU	247
Valor Selo	5,52
ISS	0,79
FAADEP	0,79
Prenotação	
Nº Selo	AH 476.334
Via(s)	01
Válido somente com selo de autenticidade	

Itapipoca, 14 de Maio de 2015
P/Oficiala do Registro de Imóveis



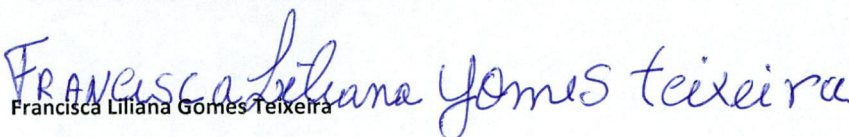
Isarides Praciano Lima
Substituta



RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE ITAPIPOCA

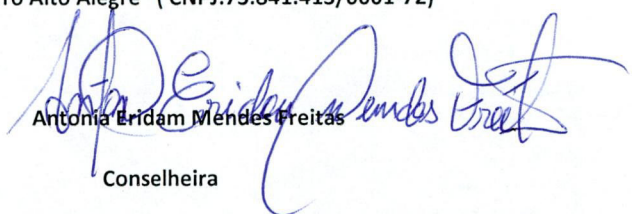
Os membros do Conselho Comunitário de Radiodifusão Comunitária de Itapipoca, em reunião celebrada na sede do Clube Social Imperatriz, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, além do disposto na Lei e Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária, e de tudo quanto estabelece Estatuto Social da Associação Cultural de Itapipoca, procederam exame e análise sobre a grade de programação veiculada pela radio Itapipoca FM 98,7 Mhz, relativo ao exercício encerrado em 03.06.2014., data aniversário de outorga da Entidade. Com base na grade apresentada e considerando ainda as informações prestadas pela comunidade local, este conselho entende que a referida emissora atende adequadamente ao previsto na legislação do serviço, podendo melhorar de forma gradual, visando beneficiar seus ouvintes conforme suas finalidades. Por fim, determina que este relatório seja encaminhamento ao Ministério das Comunicações conforme previsto na legislação do serviço.

Anexo : Grade de Programação.


Francisca Liliãna Gomes Teixeira

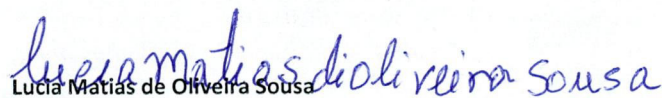
Presidente do Conselho

Representante da Associação Comunitária do Bairro Alto Alegre (CNPJ:73.841.413/0001-72)


Antonia Eridam Mendes Freitas

Conselheira

Representante da Associação dos Moradores do Bairro do Cruzeiro (CNPJ: 06.582.217/0001-33)


Lucía Matias de Oliveira Sousa

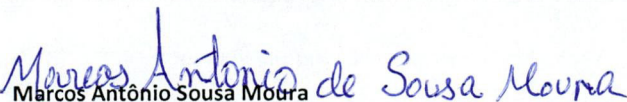
Conselheira

Representante da Associação de Moradores e Moradoras do Bairro Nova Aldeota (CNPJ:12.216.827/0001-16)


Maria Lucineide Alves de Oliveira

Conselheira

Representante da Associação Comunitária do Julho II (CNPJ:01.259.749/0001-10)


Marcos Antônio Sousa Moura

Conselheiro

Representante da Associação dos Moradores do Bairro do Violeta (CNPJ:06.582.159/0001-48)

Itapipoca CE, 11 Março de 2015.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 73.841.413/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/11/1993
NOME EMPRESARIAL SSOCIACAO COMUNITARIA DO ALTO ALEGRE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACAA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R ALTO ALEGRE	NÚMERO 602	COMPLEMENTO	
CEP 62.500-000	BAIRRO/DISTRITO ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO ITAPIPOCA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **20/05/2015** às **09:45:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.582.217/0001-33 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/12/1984
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MORADORES DO B DO CRUZEIRO DE ITAPIPOCA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMBAC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R FRANCISCO D BRAGA FILHO	NÚMERO 2926	COMPLEMENTO	
CEP 62.500-000	BAIRRO/DISTRITO CRUZEIRO	MUNICÍPIO ITAPIPOCA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **20/05/2015** às **09:44:22** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.216.827/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/07/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MORADORES E MORADORAS DO BAIRRO NOVA ALDEOTA - AMONA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMONA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R ALIPIO TAVARES	NÚMERO 1206	COMPLEMENTO	
CEP 62.500-000	BAIRRO/DISTRITO NOVA ALDEOTA	MUNICÍPIO ITAPIOCA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (88) 3631-1910		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/07/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **20/05/2015** às **09:43:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.259.749/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/06/1996
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA JULHO II			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO LOC JULHO II	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 62.500-000	BAIRRO/DISTRITO JULHO II	MUNICÍPIO ITAPIPOCA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/06/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **20/05/2015** às **09:41:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.582.159/0001-48 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/06/1984
NOME EMPRESARIAL ASSOC DOS MORADORES DO BAIRRO DO VIOLETE DE ITAPIPOCA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMBAVI			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R CRISTO REDENTOR	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 62.500-000	BAIRRO/DISTRITO VIOLETE	MUNICÍPIO ITAPIPOCA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **20/05/2015** às **09:37:11** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

PROGRAMAÇÃO DE SEGUNDA A SEXTA

PROGRAMA	HORÁRIO	CATEGORIA
MOMENTO SERTANEJO	06:00 - 08:00	SERTANEJO
LIGAÇÃO DIRETA	08:00 - 11:30	MUSICAL & INFORMATIVA
A VOZ DO POVO	11:30 - 12:30	NOTÍCIAS DA COMUNIDADE
COMUNIDADE SHALOM	12:30 - 14:30	CATÓLICA
ARTE & CULTURA	14:30 - 16:00	ENTREVISTAS VARIADAS
FORROZÃO DA 98	16:00 - 19:00	FORRÓ
HORA DO BRASIL	19:00 - 20:00	HORA DO BRASIL
SHOW DE BOLA	20:00 - 22:00	ESPORTE
MOMENTO EVANGELICO	22:00 - 00:00	EVANGELICO
MADRUGADA ESPECIAL	00:00 - 06:00	MUSICAL

PROGRAMAÇÃO DE SÁBADO

PROGRAMA	HORÁRIO	CATEGORIA
ESPECIAL SERTANEJO	06:00 - 08:00	SERTANEJO
LIGAÇÃO DIRETA DA POPULAÇÃO	08:00 - 11:30	LUIZ DE FRANÇA
ROBERTO CARLOS ESPECIAL	11:30 - 14:00	MUSICAL
MOMENTO DA VIOLA	14:00 - 16:00	REPENTE
COMUNIDADE SHALOM	16:00 - 18:00	CATÓLICA
ADORAÇÃO	18:00 - 20:00	EVANGELICO
SABADÃO DO FORRÓ	20:00 - 00:00	MANOEL OLIVEIRA
MADRUGADA ESPECIAL	00:00 - 06:00	DJ MÁRCIO

PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO

PROGRAMA	HORÁRIO	CATEGORIA
MOMENTO DO PROFESSOR	06:00 - 08:00	INFORMES EDUCATIVOS
AS MAIS PEDIDAS DA SEMANA	08:00 - 13:00	SUCESSOS VARIADOS
MUSICA GOSPEL	13:00 - 15:00	MUSICAL EVANGELICO
ALÔ BAIRROS	15:00 - 17:00	INFORMES DAS ASSOCIAÇÕES
VIVENDO UMA NOVA VIDA	17:00 - 19:00	EVANGELICOS
MUSICAL	19:00 - 20:00	CATÓLICO
ARTISTAS DA TERRA AO VIVO	20:00 - 00:00	CANTORES DA TERRA

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A	S	S	O	C	I	A	Ç	Ã	O	C	U	L	T	U	R	A	L	D	E	I	T	A	P	I	P	O	C	A
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	5	7	9	4	9	5	0	0	0	1	8	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

CGC

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

										I	T	A	P	I	P	O	C	A	F	M												
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R	U	A	J	O	S	É	D	O	P	A	T	R	O	C	I	N	I	O	N	°	8	4	0									
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

C	E	N	T	R	O													I	T	A	P	I	P	O	C	A						
---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

										C	E	0	3	°	2	9	'	5	9	"	S	3	9	°	3	4	'	4	4	"	W
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1 km do sistema irradiante?

NÃO ☐SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R	U	A	J	O	S	É	D	O	P	A	T	R	O	C	I	N	I	O	N	°	8	4	0									
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

C	E	N	T	R	O													I	T	A	P	I	P	O	C	A						
---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

										C	E	0	3	°	2	9	'	5	9	"	S	3	9	°	3	4	'	4	4	"	W
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do

sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse") – Não é o caso, > Estúdio, sede e sistema irradiante todos localizados no mesmo endereço.

LOGRADOURO

R	U	A	J	O	S	É	D	O	P	A	T	R	O	C	I	O	N	°	8	4	0										
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BAIRRO

C	E	N	T	R	O													I	T	A	P	I	P	O	C	A						
---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

										C	E	0	3	°	2	9	'	5	9	"	S	3	9	°	3	4	'	4	4	"	W
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE																																	
M	O	N	T	E	L		S	I	S	T	E	M	A	S		D	E		C	O	M	U	N	I	C	A	Ç	Õ	E	S		L	T
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA										Nº HOMOLOGAÇÃO													
M	T	F	M	9	8											2	5	,	0		watts	0	9	1	6	-	0	6	-	0	3	1	2
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA										046100XXX0312													
	2	5	,	0													2	5	,	0		watts											
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																							
	9	8	,	7														9	8	,	7		MHz										

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE																																	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA										Nº HOMOLOGAÇÃO													
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																							
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																							
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA															MODELO																			
I	D	E	A	L		A	N	T	E	N	A	S																						
GANHO max (Gt)					ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO										ALTURA DA TORRE										ALTITUDE DO LOCAL									
	0	,	0																															

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE															MODELO																			
K	M	P		C	A	B	O	S		E	S	P	E	C	I	A	I	S																
COMPRIMENTO(L)					ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)										PERDAS NA LINHA (PL)										EFICIÊNCIA DA LINHA (η)									
	3	5	,	0																														

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$ Eficiência da linha (η) = $10^{-\frac{PL}{10}}$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Correções necessárias foram executadas nas instalações da estação. A estação encontra-se no mesmo local autorizado conforme Portaria do MC, assim como estúdio.

Ressalte-se que houve mudança de frequência, uma vez que o plano de referência RadCom foi alterado para esse município, conforme Ato da Anatel/MC - Plano de referência. Na portaria de autorização inicial foi destinado o CANAL 285/104,9 Mhz na época da outorga de autorização, sendo remanejado para o **CANAL 254 / 98.70 Mhz** - Itapipoca/CE. Outra característica alterada foi o campo 4, **código de homologação**, em função do transmissor licenciado inicialmente depreciou-o, sendo adquirido um novo transmissor com características idênticas fabricante, modelo e potência.

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Wireless GPS logger modelo – m 241, frequencímetro Radio Shack LCD RF , wattímetro bird 43.

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

V I N I C I U S A F R A N I O C A S T R O A L V E S

ENDEREÇO

A V S A N T O S D U M O N T 6 4 0 0 B L - A A P 1 2 0 3

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

C O C Ó

BAIRRO

CIDADE

F O R T A L E Z A C E

REG.CREA

9 0 3 8 - D

FORMAÇÃO

E N G E L E T E N F T E L E C O M U N I C A ç õ e s

CEP

6 0 1 9 0 - 0 2 2

TELEFONE

0 8 5 - 3 2 6 5 3 0 2 4

FAX

0 8 5 - 3 2 6 5 3 0 2 4

E-MAIL

v i n i c i u s c a l v e s @ g m a i l . c o m

LOCAL

F O R T A L E Z A

DATA

2 1 / 0 5 / 2 0 1 5

ASSINATURA


Vinicius Alves

SEI 53900.016402/2015-33 / pg. 45

	BOLETO DE COBRANÇA BANCÁRIA - RECIBO DO SACADO				
 <p>Crea - CE Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará. CNPJ: 07.135.601/0001-50</p> <p>Rua Castro e Silva, 81 Centro Fortaleza - CE CEP: 60.030-010</p> <p>Telefone (85) 3453.5801 FAX (85) 3453.5804</p> <p>Sítio Oficial: www.creace.org.br</p> <p>Ouvidoria: 0800 979 1400 (11h às 17h)</p>	Sacado: VINICIUS AFRANIO CASTRO ALVES AVENIDA SANTOS DUMONT 6400 BL A, AP 1203				
	Representação Numérica: 10490.54743 33000.200049 00105.170567 9 64370000006768				
	Agência / Código Cedente: 1047 / 054743-3	Data de Emissão: 18/05/2015	Nosso Número: 240000000010517050	Data de Vencimento: 23/05/2015	Valor do Documento: R\$ 67,68
	DESCRIÇÃO DE COBRANÇA BANCÁRIA				
	Texto de Responsabilidade do Cedente: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Proprietário: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA. Após o vencimento reimprima um novo Boleto de Pagamento no Creadigital.				

(Código de Controle: 00092)

Autenticação Mecânica

	104-0	10490.54743 33000.200049 00105.170567 9 64370000006768			
Local do Pagamento: Pagável em qualquer banco até o vencimento.					Data de Vencimento: 23/05/2015
Cedente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará.					Agência / Cód. do Cedente: 1047 / 054743-3
Data do Documento: 18/05/2015	Nº. do Documento:	Espécie do Documento:	Aceite:	Data do Processamento: 18/05/2015	Nosso Número: 24000000001051705-0
Uso do Banco:		Carteira: SR	Espécie: R\$	Quantidade: Valor:	(=) Valor do Documento: R\$ 67,68
Instruções Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. Proprietário: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA. Após o vencimento reimprima um novo Boleto de Pagamento no Creadigital.					(-) Desconto / Abatimento: (-) Outras Deduções: (+) Mora / Multa: (+) Outros Acréscimos: (=) Valor Cobrado: R\$ 67,68
Sacado: VINICIUS AFRANIO CASTRO ALVES AVENIDA SANTOS DUMONT 6400 BL A, AP 1203					CNPJ / CPF:

Autenticação Mecânica



**Comprovante de pagamento de boleto**

Via Internet Banking CAIXA

Nome: VINICIUS AFRANIO CASTRO ALVES**Conta de débito:** 1559 / 013 / 00061568-9**Representação numérica do código de barras:**

10490.54743 33000.200049 00105.170567 9 64370000006768

Data do vencimento: 23/05/2015**Nome do banco:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL**Valor (R\$):** 67,68**Identificação da operação:** ART ASSOC CULT DE ITAPIP**Data de débito:** 18/05/2015**Data/hora da operação:** 18/05/2015 21:03:20**Código da operação:** 00864664**Chave de segurança:** WVU65PM29SL50QFE**Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.**

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



18/05/2015 21:03

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

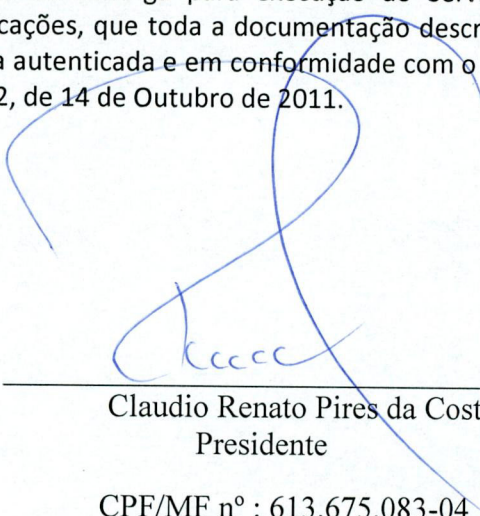
CNPJ:02.579.495/0001-80

AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 840, CENTRO, CEP:62.500.000

Declaração

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentado no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Itapipoca CE, 15 de Maio de 2015.



Claudio Renato Pires da Costa
Presidente

CPF/MF nº : 613.675.083-04

Endereço para correspondência: Rua José do Patrocínio nº 840, Bairro Centro, na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, CEP:62.500-000,
email : renatotre@bol.com.br... telefone (88) 3631-3988..(88) 99612914.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

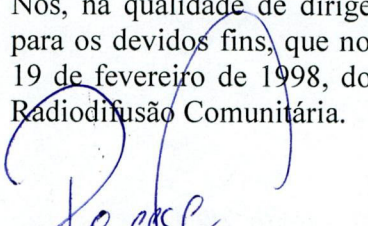
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA


CNPJ:02.579.495/0001-80


AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 840, CENTRO, CEP:62.500.000

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA


Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Claudio Renato Pires da Costa
Presidente
RG:20040020060748


José Maria Pereira do Nascimento
Diretor administrativo
RG:

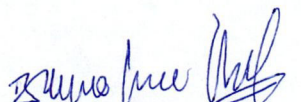

Raidson Barroso Tabosa
Diretor de Operações
RG:

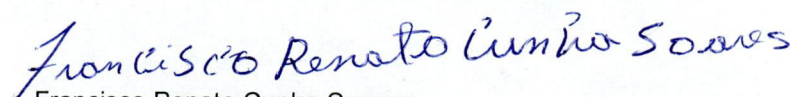

Gilvan Rodrigues Matias
Presidente do Conselho Fiscal
RG: 2001005004151


Luis de França Feliciano Camerino
Conselheiro
RG:


Sarah Erika Rodrigues Pinto
Conselheira
RG:


FRANCIJORGE DOMINGUES
Francijorge Domingues Farias
Conselheiro
RG: FARIAS


Bruno Viana Valente
Conselheiro
RG:


Francisco Renato Cunha Soares
Conselheiro
RG:

Itapipoca, 15 de Maio de 2015.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ: 02.579.495/0001-80

AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 840, CENTRO, CEP:62.500.000

DECLARAÇÃO

Eu, Claudio Renato Pires da Costa, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA, declaro para os devidos fins que:

A entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998.

Itapipoca, Ce, 15 de Maio de 2015.



Claudio Renato Pires da Costa

Presidnete

CPF:613.675.083-04

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

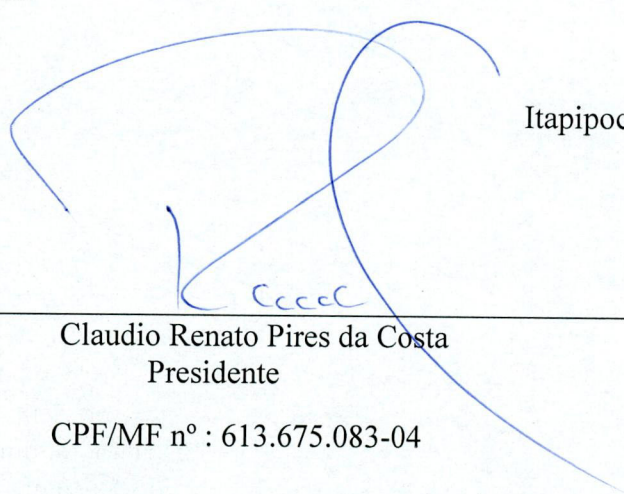
CNPJ:02.579.495/0001-80

AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 840, CENTRO, CEP:62.500.000

Declaração

Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA, atesto perante o Ministério das Comunicações que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Itapipoca CE, 15 de Maio de 2015.



Claudio Renato Pires da Costa
Presidente

CPF/MF nº : 613.675.083-04

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ: 02.579.495/0001-80

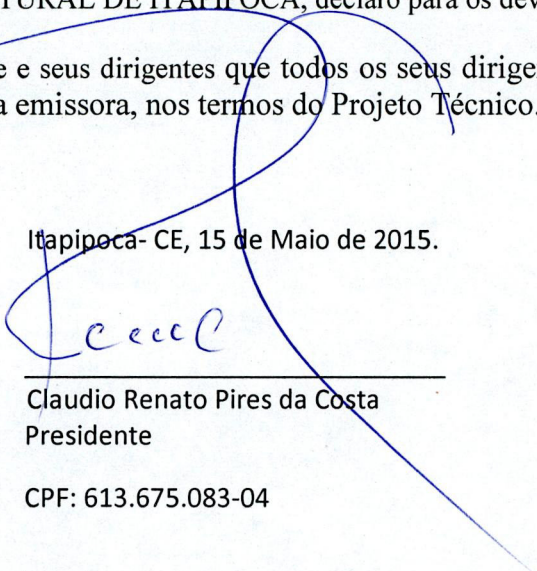
AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 840, CENTRO, CEP:62.500.000

DECLARAÇÃO

Eu, Claudio Renato Pires da Costa, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA, declaro para os devidos fins que:

A entidade requerente e seus dirigentes que todos os seus dirigentes residem na área a ser coberta pelo sinal da emissora, nos termos do Projeto Técnico.

Itapipoca- CE, 15 de Maio de 2015.



Claudio Renato Pires da Costa
Presidente

CPF: 613.675.083-04

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2004002060748 DATA DE EXPEDIÇÃO 8/4/2004

NOME CLAUDIO RENATO PIRES DA COSTA

FILIAÇÃO CLAUDIO JOSE RIBEIRO DA COSTA E ERIDAN PIRES COSTA

NATURALIDADE FORTALEZA-CE DATA DE NASCIMENTO 9/7/1971

DOC. ORIGEM CERT. CASAM. 038436 L B 070 F

137 ANT. BEZERRA FORT/CE

CPF 61367508304 ID. ANT. 182883589

FORTALEZA-CE ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

3º OFÍCIO DE NOTAS
P. Antônio Tomás, 920
Fortaleza, CE

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original.

Selo de Autenticidade

UJH 03

AUTENTICAÇÃO

Nº DZ 019.344

11 AGO. 2010

ROBERTO PIUZA MAIA - RELATÓRIO
DANIEL DE PAULA PESSOA MAIA-ESC. SUBSTITUTO
BERNARDO DE PAULA PESSOA MAIA-ESC. SUBSTITUTO
CONSTITUIÇÃO DE MARIA CORREIA MAIA-ESC. SUBSTITUTA
MARIA MARLY NOTA RIBEIRO-ESC. AUTORIZADA
FERNANDES ARAÚJO-ESC. AUTORIZADA

3º OFÍCIO DE NOTAS
P. Antônio Tomás, 920
Fortaleza, CE

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original.

Selo de Autenticidade

HIYK 03

AUTENTICAÇÃO

Nº DZ 019.344

11 AGO. 2010

ROBERTO PIUZA MAIA - RELATÓRIO
DANIEL DE PAULA PESSOA MAIA-ESC. SUBSTITUTO
BERNARDO DE PAULA PESSOA MAIA-ESC. SUBSTITUTO
CONSTITUIÇÃO DE MARIA CORREIA MAIA-ESC. SUBSTITUTA
MARIA MARLY NOTA RIBEIRO-ESC. AUTORIZADA
FERNANDES ARAÚJO-ESC. AUTORIZADA

2288982-5

 Rua Padre Valério, 110 - CEP 62135-011 - Fortaleza CE
 CNPJ 07.047.155 - 0001/20 - CCEM 000.000-9

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B (SÉRIE B-3) Nº 263904372

Rota 04 35000 19 05/1000 - 3 Data de Emissão 05/06/2012

Nome MARIA SANDRA DE SOUSA PIRFIS

 End. Postal RJ JOSE DE SOUSA CAVALCANTE 01996
 CRUZEIRO - ITAPIPOCA - 62500000

Medidor 9862183

Poste 0000 0000

Classe RESIDENCIAL MONOFASICO FAIXA RENDA

Fator de Penetração 0,00

RG / CPF / CNPJ 382907073-04

CCF

Nome do Responsável

DATAS

 Data da Apresentação
 Jun/2012 05/06/2012 06/07/2012

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto 100%

Mês 100%

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
12,00		

Período Individual	Apuração Individual	
	Período	Valor
DIC	100%	100%
FIC	100%	100%
DMIC	100%	100%

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

Emissão de 05/06/2012

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Letr. Atual	Letr. Anterior	Consumo (kWh)	Consumo (kWh)	Consumo (kWh)	Consumo (kWh)	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
0000	0000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/06/12	00/05/12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VR. CONSUMO DO MÊS PREÇO NORMAL	36,91
DESCONTO TARIFA SOCIAL FAIXA RENDA	-17,13
ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	5,97
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA FAIXA RENDA	0,49
BONUS ITAPIPU ART. 21 DA LFT 10-433-2007	-2,87

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2004010095300 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/3/2004

NOME JOSE MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO FRANCISCO DARIO DO NASCIMENTO E ELENIR VAZ PEREIRA

NATURALIDADE ITAPAGE-CE DATA DE NASCIMENTO 29/8/1975

DOC. ORIGIN CERT.NASC. 55564 L A 47 F

364 ITAPIPOCA CE

CPF 69958564300 ID. ANT. 275661893

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

TMT 03

AUTENTICAÇÃO

Nº G1996.169

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO.

22 MAIO 2015

Itapipoca, _____

Maria Dayse Aguiar Moura - Titular

Isarides Praciano Lima - Substituta

José Praciano Neto - Esc. Autorizado

SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

AFR 03

AUTENTICAÇÃO

Nº G1996.170

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO.

22 MAIO 2015

Itapipoca, _____

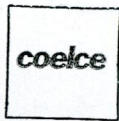
Maria Dayse Aguiar Moura - Titular

Isarides Praciano Lima - Substituta

José Praciano Neto - Esc. Autorizado

Nº DO CLIENTE
438651-5
Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 373587052

Rota 18 35000 10 083700 - 9 Data de Emissão 23/01/2015
Nome JOSE MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO
End. Postal RU MAJ ANTONIO RODRIGUES TEIXEIRA 00425
CRUZEIRO - ITAPIPOCA - 62500000
Medidor 4815578 Poste 0000 0000
Classe 01-RESIDENCIAL TRIFASICO Fator de Potência 0,00
RG / CPF / CNPJ 699585643-00 CGF
Nome do Responsável

DATAS		
Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Jan/2015	23/01/2015	25/02/2015

ICMS		
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
160,82	27,00%	43,42

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

3066,8000 9064 2002 6802 F257 1112 F758

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
5501	5198	1,00	303	0,00	303	0,43078	160,82

VALOR CONSUMO DO MES
MULTA MORATORIA REF 12/2014
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL

ANTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A
160,82 E FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIC 2,63 DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI
AP 10,85 ITADO. DOU FÉ.
Itapipoca, 22 MAIO 2015
Maria Dayse Aguiar Moura - Titular
Isarides Praciano Lima - Substituta
José Praciano Neto - Esc. Autorizado



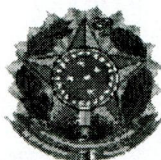
VENCIMENTO 02/02/2015 TOTAL A PAGAR (R\$) 174,30
COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Energia	78,99	262	313	262	280	315	266	263	293	256	232	257	235	187
Transmissão	1,62													
Distribuição	30,51													
Encargos Setoriais	4,40													
Impostos (ICMS PIS/COFINS)	45,09													

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (Kg/kWh)
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecoelce.
Emitido kg(CO₂) 130,96 Compensado kg(CO₂) 0,00 Consciência Ecológica (% CO₂) 0

informações importantes e avisos de vencimento

REAVISO DE VENCIMENTO
Informamos que o valor devido até esta data, no valor de R\$ 174,30, poderá ser pago até 15 dias antes do vencimento. Caso o débito tenha sido pago, favor desconectar a conta para os 2 ciclos completos de faturamento, sem prejuízo da relação contratual.
DEBITOS ANTERIORES
Mes/Ano Valor R\$
09/2014 156,41
10/2014 198,65
11/2014 162,17
12/2014 142,36



JUSTIÇA ELEITORAL
123ª ZONA ELEITORAL DE ITAPIPOCA - CE
RUA TENENTE JOSÉ VICENTE 20 Telefone 88 36310888

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: RAIDSON BARROSO TABOSA MONTENEGRO
Inscrição: 053014130787 Zona: 17 Seção: 2
Município: 14290 - ITAPIPOCA UF: CE
Data de nascimento: 04/11/1982 Domiciliado desde: 01/03/1999
Filiação: MARIA DE AGUIAR BARROSO TABOSA
RAIMUNDO MONTENEGRO DE SOUZA

Em 22 de maio de 2015.


MARCELO RIOS OLIVEIRA
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

DADOS DO CLIENTE

Nome: MANOEL SILVA OLIVEIRA

End. Leitura: RU 2 LOTEAMENTO BRISA DO NORTE, 1010, JULHO

Cidade: ITAPIPOCA

CEP: 62500-000

End. Entrega:

Cidade:

CEP:

Local: 754

Setor: 010

Quadra: 0273

Lote: 0030

Comp: 0100

Subsetor: 00

Subquadra: 00

ECONOMIAS

Residencial: 001

Comercial: 000

Industrial: 000

Pública: 000

INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Volume(m³)	Média Semestral (m³)
ÁGUA	A09F035396	2071	2082	11	26

DATAS

Leitura Atual: 14/07/2015

Emissão: 14/04/2015

Lacre Água: 6336143

Leitura Anterior: 11/03/2015

Próxima Leitura: 14/05/2015

Lacre Esgoto:

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2012

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	057	057	011	057	057
Analisadas	113	057	011	057	057
Em conformidade	113	052	010	057	057

MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

AGRADECEMOS SUA PONTUALIDADE. ÁGUA TRATADA E SAUDE.
RELATORIO DA QUALIDADE DA ÁGUA VEJA NO SITE CAGECE

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor (R\$)

HISTÓRICO DE VOLUME

Mês/Ano Água (m³) Esgoto (m³)

JUROS DE 0,033% AO DIA	0,16	ABR/14	16	0
MULTA DE 22 MAIO 2015	0,88	MAY/14	64	0
		JUN/14	22	0
		JUL/14	51	0
		AUG/14	7	0
		SET/14	11	0
		OCT/14	13	0
		NOV/14	25	0
		DEZ/14	30	0
		JAN/15	40	0
		FEB/15	21	0
		MAR/15	9	0

TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

Descrição Valor (R\$)

PIS	0,15
COFINS	0,76

SUBSÍDIO

Descrição

Valor (R\$)

VALOR DO SERVIÇO	30,41
VALOR DO SUBSÍDIO	14,61
VALOR TOTAL A PAGAR	15,90

MÊS/ANO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

04/2015

06/05/2015

15,90

ONDE PAGAR SUA FATURA

Bancos: Bradesco, BNB, Itaú, BIC, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Triângulo. Outros: PagFácil. A Cagece disponibiliza o serviço de débito em conta de sua fatura. Ative já este serviço. Consulte sua agência.



É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas lojas de atendimento, de 8h às 17h, no site www.cagece.com.br ou na ouvidoria Cagece: 3101.1918, de 8h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria estadual: 155. Site da ARCE: www.arce.ce.gov.br

Entidades Reguladoras: Fortaleza: ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental: 0800 285 1919 - Bônus Localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3838.


Fatura Mensal

Via do agente

DADOS DO CLIENTE

Inscrição: 096753132

Código de Responsável: 352987053811992

Local: 754

Setor: 010



Quadra:

Subsetor: 00

Cidade: ITAPIPOCA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA DA CIDADANIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Gilvan Rodrigues Matias

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2001005004151
NOME: GILVAN RODRIGUES MATIAS
DATA DE NASCIMENTO: 23/11/2001

FLUXO: LUIZ MATIAS PIRES E ALDA MARIA RODRIGUES MATIAS

NATURALIDADE: ITAPIPOCA-CE
DOC ORIGEM: CERT. NASC. 34884 L A30 F
DATA DE NASCIMENTO: 16/8/1983

CPF: 112.112.112-11
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO. DOU FÉ.

22 MAIO 2015

Maria Dayse Aguiar Moura - Titular
Isarides Praciano Lima - Substituta
José Praciano Neto - Esc. Autorizado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO. DOU FÉ.

22 MAIO 2015

Maria Dayse Aguiar Moura - Titular
Isarides Praciano Lima - Substituta
José Praciano Neto - Esc. Autorizado



Nº DO CLIENTE

3766083-7

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 373151998

Rota 37 35009 01 049250 - 1 Data de Emissão 21/01/2015

Nome GILVAN RODRIGUES MATTAS

End. Postal PV PICOS 00001

PICOS - ITAPIPOCA - 62500000

Medidor 23868692

Poste 0000 B74S

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO

Fator de Potência

RG / CPF / CNPJ 968717333-53

CGF

Nome do Responsável

DADOS			ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura	Veja a legenda no verso desta conta.		
Jan/2015	23/02/2015	23/02/2015	Conjunto	ITAPIPOCA	
			Mês	Nov/2014	EUSD 6,06
				DICP = 0,00 P	
TOM			Apuração Individual		
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Mensal	Trim.	Anual
36,43	27,00%	9,83	DIC	5,55	0,00
			FIC	3,48	0,00
			DMIC	3,20	0,00

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO									
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Const. Ind.	Const. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)		
3067	3298	1,00	69	0,00	69	0,52000	36,43		
21/01/15	22/12/14		30 DIAS		69		36,43		

VALOR CONSUMO DO MES
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL



VENCIMENTO 02/03/2015 TOTAL A PAGAR (R\$) 39,68

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)											
Energia	17,30	68	69	66	69	70	58	69	65	68	83	66	72
Transmissão	0,37												
Distribuição	0,50												
Encargos Setoriais	1,00												
Tributos (TOM, PIS, COFINS)	10,18												
TOTAL	36,43												

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO ₂ (Kg/kWh)		
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecoelce.		
Emitido kg(CO ₂)	Compensado kg(CO ₂)	Consciência Ecológica (% CO ₂)
0,00	0,00	6

informações importantes e avisos de vencimento

PREZADO(A) CLIENTE: A SUA CONTA DE LUZ, APÓS O VENCIMENTO, DEVERÁ SER PAGUA, PREFERENCIALMENTE, NAS AGÊNCIAS, CORRESPONDENTES OU CANAIS ELETRÔNICOS DOS BANCOS SANTANDER, BRADESCO OU BANCO DO BRASIL.

A COELCE AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

NÃO FOI POSSÍVEL COLHER LEITURA POR: LEITURA BIMETRAL CONE ART 86 RES 414

Bandeira Tarifária: VERMELHA

Consta desta fatura R\$ 0,35 referente a PIS e COFINS.

Art. 1º da Lei 10.095 - ANEEL e Lei nº 10.097 - ANEEL e Lei nº 10.098 - ANEEL

Sua Renda Per Capita está incompatível para a Tarifa Baixa Renda. Procure o CRAS se regularize ligue para a Coelce no 080 02850196 e atualize seus dados

REGISTRO GERAL Nº 52003016406 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/5/1992
 NOME LUIZ DE FRANCA FELICIANO CAMERIN
 FILIAÇÃO VALQUIRIO CAMERINO SALES E RITA FELICIANO CAMERINO
 NATURALIDADE SOBRAL-CE DATA DE NASCIMENTO 22/4/1974
 DOC ORIGEM CERT. NASC 72896 L A137 F
 228 SOBRAL/CE
 CPF
 FORTALEZA-CE
 LEI Nº 7 116 DE 29/08/83

ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SELO DE AUTENTICIDADE
 ORIGINAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 OJA 03
 AUTENTICAÇÃO
 Nº G1281.778

Autêntico para os devidos efeitos a presente fotocópia que é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

Itapipoca-CE, 22 MAIO 2015

[Assinatura]

☐ Amélia de Sousa Frota - 1ª Tabelia
☐ Eliab de Sousa Frota - Substituto Oficial

VÁLIDO SOMENTE COM SELO AUTENTICIDADE

SELO DE AUTENTICIDADE
 ORIGINAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 FLM 03
 AUTENTICAÇÃO
 Nº G1281.777

Autêntico para os devidos efeitos a presente fotocópia que é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

Itapipoca-CE, 22 MAIO 2015

[Assinatura]

☐ Amélia de Sousa Frota - 1ª Tabelia
☐ Eliab de Sousa Frota - Substituto Oficial

VÁLIDO SOMENTE COM SELO AUTENTICIDADE

DADOS DO CLIENTE

Nome: MARIA LUCILIA ARAUJO SOUSA
End. Leitura: RU RAIMUNDO TEOFILO D CASTRO, 807, ALTOS, CENTRO
Cidade: ITAPICOPA CEP: 62500-000
End. Entrega:
Cidade:
Local: 751 Setor: 003 Quadra: 0130 Lote: 0100 Comp: 0001
Subsetor: 00 Subquadra: 00

ECONOMIAS

Residencial: 001 | Comercial: 000 | Industrial: 000 | Pública: 000

INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Volume(m³)	Média Semestral (m³)
Água	011F235516	641	652	11	15

DATAS

Leitura Atual: 06/04/2015 Emissão: 06/04/2015 Lacre Água: 1000761
Leitura Anterior: 05/03/2015 Próxima Leitura: 05/05/2015 Lacre Esgoto:

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2015

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	057	057	011	057	057
Analisadas	113	057	011	057	057
Em conformidade	113	057	010	057	057

MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

AGRADECEMOS SUA PONTUALIDADE. ÁGUA TRATADA E SAUDE.
RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA VEJA NO SITE CAGECE

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor (R\$)	HISTÓRICO DE VOLUME		
		Mês/Ano	Água (m³)	Esgoto (m³)
ÁGUA	13,11	FEV, 14	12	9
ESGOTO	5,68	MAR, 14	15	12
MULTA DE 2%	0,34	JUN, 14	14	11
JUROS DE 0,033% AO DIA	0,22	JUL, 14	20	16
		AGO, 14	27	21
		SET, 14	21	16
		OUT, 14	21	16
		NOV, 14	21	19
		DEZ, 14	18	14
		JAN, 15	10	8
		FEB, 15	9	7
		MAR, 15	12	9

TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO		SUBSÍDIO	
Descrição	Valor (R\$)	Descrição	Valor (R\$)
PIS	0,18	VALOR DO SERVIÇO	54,81
COFINS	0,92	VALOR DO SUBSÍDIO	35,46
		VALOR TOTAL A PAGAR	19,35
MÊS/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)	
04/2015	04/05/2015	19,35	

ONDE PAGAR SUA FATURA

Bancos: Bradesco, BNB, Itaú, SIC, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Triângulo, Outros: PagFacil.
A Cagece disponibiliza o serviço de débito em conta de sua fatura. Ative já este serviço. Consulte sua agência.



É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas lojas de atendimento, de 8h às 17h, no site www.cagece.com.br ou na ouvidoria Cagece: 3101.1918, de 8h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria estadual: 155. Site da ARCE: www.arce.ce.gov.br

Entidades Reguladoras: Fortaleza: **ACFOR** - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental: 0800 285 1919 - Demais Localidades: **ARCE** - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3838.

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos a preser. fotocópia que é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

22 MAIO 2015

Itapipoca-CE

Amélia de Sousa Frota - 1ª Tabeliã

Eliab de Sousa Frota - Substituto Oficial

VALIDO SOMENTE COM SELO AUTENTICADA



AUTENTICACAO

Autentico para os devidos efeitos a presen
cópia que é reprodução fiel do documen
original que me foi apresentado. Dou fé:
22 MAIO 2015

CAROLURIO AN
1º Ofício - Ita
CNPJ: 06.581

Itapipoca-CE, ____/____/____

☐ Amélia de Sousa Frota - 1ª Tabeliã
☐ Eliab de Sousa Frota - Substituto Oficial
VALIDO SOMENTE COM SELO AUTENTICIDA



AUTENTICACAO

Autentico para os devidos efeitos a presen
cópia que é reprodução fiel do documen
original que me foi apresentado. Dou fé:
22 MAIO 2015

CAROLURIO AN
1º Ofício - Ita
CNPJ: 06.5

Itapipoca-CE, ____/____/____

☐ Amélia de Sousa Frota - 1ª Tabeliã
☐ Eliab de Sousa Frota - Substituto Oficial
VALIDO SOMENTE COM SELO AUTENTICIDA

DADOS DO CLIENTE

Nome: ROBERLAN DOMINGUES FARIAS
 End. Leitura: RU RAIMUNDO TEÓFILO D CASTRO, 1301, F. CRUZEIRO
 Cidade: ITAPIRACA CEP: 02500-000
 End. Entrega:
 Cidade:
 Local: 751 Setor: 007 Quadra: 0123 Lote: 0256 Comp: 0001
 Subsetor: 00 Subquadra: 00

ECONOMIAS

Residencial: 001 | Comercial: 000 | Industrial: 000 | Pública: 000

INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Volume(m³)	Média Semestral (m³)
ÁGUA	R11F1 1659	199	509	10	10

DATA

Leitura Atual: 11/03/2015 Emissão: 11/03/2015 Lacre Água: 9918323
 Leitura Anterior: 09/02/2015 Próxima Leitura: 10/04/2015 Lacre Esgoto:

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2015

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	057	057	011	057	057
Analisadas	113	057	011	057	057
Em conformidade	113	057	010	057	057

MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

AGRADECEMOS SUA PONTUALIDADE. ÁGUA TRATADA E SAUDE.
 DEVIDO A FALTA DE CHUVAS FAÇA USO RACIONAL P/ ECONOMIZAR ÁGUA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor (R\$)	HISTÓRICO DE VOLUME		
		Mês/Ano	Água (m³)	Esgoto (m³)
ÁGUA	11,72			
ESGOTO	5,88	MAR/14	4	0
MULTA DE 2%	0,31	ABR/14	6	0
JUROS DE 0,033% AO DIA	0,16	MAI/14	14	0
		JUN/14	13	0
		JUL/14	10	0
		AGO/14	13	0
		SET/14	12	0
		OUT/14	11	0
		NOV/14	11	0
		DEZ/14	10	0
		JAN/15	10	0
		FEB/15	10	0

TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

Descrição	Valor (R\$)	SUBSÍDIO	Valor (R\$)
		Descrição	
PIS	0,17	VALOR DO SERVIÇO	52,06
COFINS	0,85	VALOR DO SUBSÍDIO	34,20
		VALOR TOTAL A PAGAR	17,88

MÊS/ANO

03/2015

VENCIMENTO

02/04/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

17,88

ONDE PAGAR SUA FATURA

Bancos: Bradesco, BNB, Itaú, BIC, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Triângulo. Outros: PagFácil. A Cagece disponibiliza o serviço de débito em conta de sua fatura. Ative já este serviço. Consulte sua agência.



É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195 nas lojas de atendimento de 8h às 17h, no site: www.cagece.com.br ou na Ouvidoria Cagece: 101-1918, de 8h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria Estadual: 155. Site da ARCE: www.arce.ce.gov.br

Entidades Reguladoras: Fortaleza: ACEOP - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental: 0800 285 1919 - Demais Localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3838.

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos a presente fotocópia que é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

22 MAIO 2015

Itapiraca-CE

☒ Amelia de Sousa Frota - 1ª Tabelião
☐ Eliab de Sousa Frota - Substituto Oficial
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO AUTENTIFICADO



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARROSA DE C. O. SA



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

Francisco Renato Cunha Soares

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME FRANCISCO RENATO CUNHA SOARES

FILIAÇÃO BENEDITO SOARES E SUELI AUGUSTA CUNHA DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 11/7/1992

LOCAL DE NASCIMENTO FORTALEZA-CE

DOC. ORIGIN. CERT. NASC. 145745 L A/123 F

CPF 243 110/04/FORTALEZA/CE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO.

2-2 MAIO 2015

Itapipoca, _____

Dayse Aguiar Moura - Titular
Isaídes Praciano Lima - Substituta
José Praciano Neto - Esc. Autorizado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO.

2-2 MAIO 2015

Itapipoca, _____

Dayse Aguiar Moura - Titular
Isaídes Praciano Lima - Substituta
José Praciano Neto - Esc. Autorizado



Nº DO CLIENTE

6411844-4

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2003.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B - I - SÉRIE B-4 - I Nº

384714538

Rota 20 35000 06 062400 - 4 Data de Emissão 28/04/2015

Nome FRANCISCO RENATO CUNHA SOARES

End. Postal RU FRANCISCO TABOSA BRAGA 00154
MADALENA - ITAPIPOCA - 62500000

Medidor 1733457

Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 047419413-29

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Última de Referência	Data da Apresentação	Próxima Leitura
Abr/2015	28/04/2015	27/05/2015

ÍNDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto	Mês	Índice
ITAPIPOCA	Fev/2015	EUSD 7,03

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

6873.E211.FD9E.89EF.F00A.212D.D2B1.4DB5

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,43	10,96	21,73	0,00	0,00	0,00
FIC	3,42	6,85	13,70	0,00	0,00	0,00
DMIC	3,11			0,00		

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
2800	2744	1,00	56	0,00	56	0,16629 0,28524	4,99 7,41
28/04/15	28/03/15		31 DIAS		56		12,40

DESCRIÇÃO

	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	12,40
MULTA MORATORIA REF 03/2015	0,25
JUROS DO MES	0,01
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	5,09
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	0,84
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 1,52)	

VENCIMENTO

06/05/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

18,59

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	7,97
Transmissão	0,16
Distribuição	3,10
Encargos Setoriais	0,44
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	1,57
TOTAL	10,59

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

68	56	54	78	61	70	93	0	0	0	0	0
MED	Abr	Mar	Fev	Jan	Dez	Nov	Out	Set	Ago	Jul	Jun

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (Kg/kWh)

Emitido kg(CO ₂)	Compensado kg(CO ₂)	Consciência Ecológica (% CO ₂)
24,20	0,00	0%

Informações importantes e avisos de vencimento

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AUTENTICAÇÃOAUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A
PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI
APRESENTADO. D 22 MAIO 2015

Itapipoca,

 Titular
 Substituta
 Autorizado

XQZ 03
 AUTENTICAÇÃO
 Nº 91996.143



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007032804-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/11/2007

NOME SARAH ERIKA RODRIGUES PINTO

FILIAÇÃO FRANCISCO PINTO DE SOUSA

ALICE MARIA RODRIGUES

NATURALIDADE ITAPIPOCA - CE

DATA DE NASCIMENTO 26/03/1992

DOC ORIGEM CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 62225 FOLHA: 501

LIVRO: A 52 ITAPIPOCA - CE

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P.: 15

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARREIRA DE SOUSA

Polegar Direito

Sarah Erika Rodrigues Pinto

CARTEIRA DE IDENTIDADE



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO

PARA OS DEVIDOS EFEITOS A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO, DOU FÉ.

Itapipoca, 22 MAIO 2015

Maria Dayse Aguiar Moura - Titular

Isarides Praciano Lima - Substituta

José Praciano Neto - Esc. Autorizado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO

PARA OS DEVIDOS EFEITOS A PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO, DOU FÉ.

Itapipoca, 22 MAIO 2015

Maria Dayse Aguiar Moura - Titular

Isarides Praciano Lima - Substituta

José Praciano Neto - Esc. Autorizado



DADOS DO CLIENTE

Nome: RUISE MARIA RODRIGUES
End. Leitura: RU MAJ, ANTONIO RODRIGUES TEIXEIRA, 596, A, CRUZEIRO
Cidade: ITAPIPUCA **CEP:** 02500-000
End. Entrega:
Cidade:
Local: 751 **Setor:** 007 **Quadra:** 0125 **Lote:** 0037 **Comp:** 0000
Subsetor: 00 **Subquadra:** 00

ECONOMIAS

Residencial: 001 | **Comercial:** 000 | **Industrial:** 000 | **Pública:** 000

INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Volume(m³)	Média Semestral(m³)
ÁGUA	81103100	273	278	5	1

DATAS

Leitura Atual: 09/02/2015 **Emissão:** 09/02/2015 **Lacre Água:** 317112
Leitura Anterior: 09/01/2015 **Próxima Leitura:** 11/03/2015 **Lacre Esgoto:**

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 10/2015

Nº de Amostras	Cloro	Turbidez	Cor	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	0,7	0,7	0,1	0,7	0,7
Analisadas	113	057	011	057	057
Em conformidade	113	052	010	057	057

MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

AGRADECEMOS SUA PONTUALIDADE. ÁGUA TRATADA E SAUDE.
 DEVIDO A FALTA DE CHUVAS FAÇA USO RACIONAL E ECONOMIZE ÁGUA.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Valor (R\$)		HISTÓRICO DE VOLUME		
		Mês/Ano	Água (m³)	Esgoto (m³)
ÁGUA	11,70	FEV/15	7	5
ESGOTO	5,65	MAR/15	10	8
JUROS DE 0,033% AO DIA	0,02	ABR/15	5	4
MULTA DE 2%	0,34	MAI/15	5	1
		JUN/15	5	1
		JUL/15	5	1
		AGO/15	1	3
		SET/15	5	4
		OUT/15	5	4
		NOV/15	1	5
		DEZ/15	1	3
		JAN/16	1	3

TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

Descrição	Valor (R\$)	SUBSÍDIO	Valor (R\$)
PIS	0,17	Descrição	
COFINS	0,84	VALOR DO SERVIÇO	51,94
		VALOR DO SUBSÍDIO	34,20
		VALOR TOTAL A PAGAR	17,24

MÊS/ANO

02/2015

VENCIMENTO

03/03/2015

TOTAL A PAGAR (R\$)

17,74

ONDE PAGAR SUA FATURA

Bancos: Bradesco, BNB, Itau, BIC, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Triângulo. Outros: PagFácil. A Cagece disponibiliza o serviço de débito em conta de sua fatura. Ative já este serviço. Consulte sua agência.

É obrigação do usuário manter seu cadastro atualizado junto à Cagece, conforme resoluções das Agências Reguladoras.

Maiores informações pelo telefone: 0800 275 0195, nas lojas de atendimento, de 8h às 17h, no site www.cagece.com.br ou na ouvidoria: Cagece: 3101.1918, de 9h às 12h e 13h às 17h. Ouvidoria estadual: 155. Site da ARCE: www.arce.ce.gov.br

Entidades Reguladoras: Fortaleza: ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental: 0800-285 1919 - Demais Localidades: ARCE - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará: 0800 275 3838.

CAGECE
 CENTRAL DE ATENDIMENTO
0800 275 0195

Ligue grátis
155
 OUVIDORIA DO ESTADO
 CENTRAL DE ATENDIMENTO


ARTÓRIO DO 2º OFÍCIO AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A
 NTE FOTOCÓPIA QUE FÉRIE
 O DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI
 ENTREGUE.
 Data: 22 MAR/2015

Maria Dayse Aguiar Moura - Titular
 Isarides Praciano Lima - Substituta
 José Praciano Neto - Esc. Autorizado

Nº DO CLIENTE

436967-0

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3
A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 378655608

Rota 06 35000 04 000901 - 6 Data de Emissão 10/03/2015

Nome LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA

End. Postal RU JOAO ARAUJO TEIXEIRA 00244
FAZENDINHA - ITAPIPOCA - 62500000

Medidor 2447248

Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA

Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 169067053-34

CGF

Nome do Responsável

DATAS			INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura	Veja a legenda no verso desta conta.		
Mar/2015	10/03/2015	09/04/2015	Conjunto	ITAPIPOCA	
			Mês	Jan/2015	EURO 24,86
ICMS			Padrão	0,00 F	
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Mensal	Trim.	Apuração Individual
140,43	27,00%	37,91	DIC	5,43	Mensal Trim. Anual
			FIC	3,42	0,00 0,00 0,00
			DMIC	3,11	0,00 0,00 0,00

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO									
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)		
43474	43241	1,00	233	0,00	70	0,11895	0,27		
					70	0,11895	0,27		
					120	0,11895	0,27		
					13	0,11895	0,27		
10/03/15	07/02/15		31 DIAS		233		104,57		

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	104,57
ICMS COMPLEMENTAR BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079	9,68
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	13,84
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	2,34

Autentico para os devidos efeitos a presente cópia que é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

22 MAIO 2015

Itapipoca-CE



Amélia de Sousa Frota - 1ª Tabelião
☐ Eliab de Sousa Frota - Substituto Oficial
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO AUTENTICIDADE

VENCIMENTO 17/03/2015 TOTAL A PAGAR (R\$) 130,43

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Energia	47,42	205	233	205	196	187	198	195	213	207	248	220	192	177
Transmissão	0,97													
Distribuição	18,49													
Encargos Setoriais	2,64													
Tributos (ICMS PIS COFINS)...	47,07													
TOTAL	116,59													

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO ₂ (kg/kWh)			CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA (% CO ₂)		
Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Coelce.					
Emitido kg(CO ₂)	Compensado kg(CO ₂)				
100,70	0,00				

informações importantes e avisos de vencimento

A ANEEL APROVOU UM AUMENTO MÍNIMO EXTRAORDINÁRIO DE 9,05% DAS TARIFAS DA COELCE, APLICADAS A PARTIR DE 02 DE MARÇO DE 2015, CONFORME RESOLUÇÃO HOMOLOGATORIA Nº. 1858 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

A COELCE AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício- sede, 3º andar

Brasília/DF, CEP 70044-900

Telefone: (61) 2027-63-81- 2027-6359 e 2027-6176



Associação Cultural de Itapipoca

CNPJ: 02.579.495.0001-80

**Rua: José do Patrocínio, 840 , Centro
Itapipoca-Ceará**

Cep: 62.500.000

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 15541/2016/SEI-MC

Ao Senhor

CLÁUDIO RENATO PIRES DA COSTA

Representante Legal da Associação Cultural de Itapipoca

Rua José do Patrocínio, nº 840, Centro

62.500-000 - Itapipoca – CE

CNPJ nº 02.579.495/0001-80

Assunto: **Informação sobre processo nº 53900.016402/2015-33.**

Senhor Representante Legal,

1. Informamos que o pedido de renovação apresentado pela entidade está intempestivo, tendo em vista que foi protocolado neste Ministério em 27/05/2015, sendo que o vencimento da outorga ocorreu em 03/06/2015. Vale ressaltar que, de acordo com o art. 36 do Decreto nº 2.615/1998, as solicitações de renovação deverão ser apresentadas com antecedência de 3 (três) a 1 (um) mês do termo final da outorga. Dessa forma, a entidade tinha até o dia 03/05/2015 para apresentar sua solicitação.

3. Informamos ainda que os pedidos de renovação intempestivos encontram-se sobrestados neste Ministério, aguardando decisão quanto aos procedimentos a serem adotados nesses casos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 11/05/2016, às
13:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1117121** e o
código CRC **417348A6**.


Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

Qualificação da entidade	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA	
Nome Fantasia: ITAPIPOCA FM	
CNPJ: 02.579.495/0001-80	
Endereço de Sede: RUA : JOSE DO PATROCINIO	Nº: 840
Bairro: CENTRO	CEP: 62.500.000
Cidade: ITAPIPOCA	UF: CEARÁ
Nome do representante legal: CLAUDIO RENATO PIRES DA COSTA	
Endereço eletrônico (e-mail): ascui2016@gmail.com	

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento na Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, e da Norma 1/2015, solicitar o pedido de Reanálise do processo: **53.900.016402/2015-33**, tendo em vista que tudo foi encaminhado tempestivamente ao Ministério das Comunicações.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Itapipoca., Ceara , 06 de Maio de 2016.



CLAUDIO RENATO PIRES DA COSTA
CPF:613.675.083-04

Endereço de correspondência: Rua José do Patrocínio, 840	
Bairro: Centro	CEP: 62.500.000
Cidade:Itapipoca	UF: Ceará

Data de Envio:

18/05/2016 10:40:13

De:

MC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

ascui2016@gmail.com
viniciuscalves@gmail.com
renatotre@bol.com.br
sarahgabinetefp@gmail.com
fabiopires104@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.016402/2015-33

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1117121.html

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
CNPJ: 02.579.495/0001-80

Ao: Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação - Geral de Radiodifusão Comunitária
Dra . Vilma de Fátima Alvarenga Fanis

Assunto: Ofício nº 15541/2016/SEI-MC

Processo nº 53900.016402/2015-33

Senhora Coordenadora,

Referente ao nosso pedido de renovação de outorga, considerado intempestivo por esta pasta, visto que nosso prazo para apresentação se inspirava em 03.05.2015, conforme determina o Art.º36 do Decreto nº 2.615/1998 que regulamenta e estipula o prazo para renovação de outorgas, esclarecemos o seguinte:

-Tomamos por base a Norma 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14.10.2011 e na Portaria nº 197, de 01.07.2013,§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação. Caso este que nos enquadrados, pois solicitamos a renovação de outorga.

Do exposto, requeremos a V. Sa., a rever a decisão, dada importância do Serviço de Radiodifusão Comunitária para nossa comunidade.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Itapipoca, Ce,Itapipoca, 06 de Junho 2016.


Claudio Renato Pires da Costa
CPF: 613.675.083-04

Associação Cultural de Itapipoca
Cnpj:02.579.495/0001-80

Ao: Ministério da Ciência , Tecnologia e Comunicações ((MCTIC)
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação - Geral de Radiodifusão Comunitária
Dra . Vilma de Fátima Alvarenga Fanis

Assunto: Pedido de Conhecimento e Prosseguimento do Processo de Renovação de Outorga :
Nº 53900.016402/2015-33

Senhora Coordenadora,

Referente ao nosso pedido de renovação de outorga, solicitamos uma posição desse órgão sobre o andamento do citado processo, pois ate a presente data não recebemos nenhum comunicado a respeito do ofício encaminhado Nº 53900 035130/2016-51 em 06/06/2016 a este Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações ((MCTIC).


Outro sim, entendemos também que nossa entidade se enquadra na **Medida Provisória Nº 747 , de 30 de Setembro de 2016.**

Do exposto, requeremos a V Sa, o conhecimento e o prosseguimento do aludido processo de renovação de outorga que foi protocolado em 27/05/2015 com o Nº 53900.016402/2015-33 neste honrado Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações ((MCTIC), e o mesmo se enquadra na **Medida Provisória Nº 747 , de 30 de Setembro de 2016.**

Além disso , declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a ultima autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações ((MCTIC), de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente.

Atenciosamente,

Itapipoca, Ceará 09 de Novembro de 2016



Claudio Renato Pires da Costa
CPF: 613.675.083-04

Emailll: Ascui2016@gmail.com

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.016402/2015 Localidade / UF: ITAPIOCA/CE
Entidade: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIOCA
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 01 (Evento Sei: 0531532)
 - 1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 27/05/2015
 - 1.2) Tempestividade: Abrangido Pela Lei nº 13.424/2017 (art. 6º-B, § 6º).
- 2) Estatuto Social: fl. 12 a 20 (Evento Sei: 0531532) ? registrado.
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: fl. 12 - SIM (art. 2º)
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: Ok
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: fl. 14 (art. 8º -a)
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8º -a
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: fls. 15 e 16 art. 10 e art. 12
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 9 a 11 (Evento Sei: 0531532) ? registrada.
(Mandato: de 06/03/2015 A 06/03/2019)
Presidente: Claudio Renato Pires da Costa CPF: 613.675.083-04 DN: 09/07/1971
Dir. Administrativo: José Maria Pereira do Nascimento. DN: 699.585.643-00 DN: 29/08/1975
Dir. Operações: Raidson Barroso Tabosa DN: 04/11/1982
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 40 e 42 (Evento Sei: 0531532) ? restou pendente a apresentação do RG e CPF do Sr. Raidson Barroso Tabosa.
- 5) CNPJ: fl. 03 ? ATIVO (Evento Sei: 0531532)
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Entidade possui débitos.
- 7) Declaração de conformidade: fl. 38 (Evento Sei: 0531532)
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 22 e 27 (Evento Sei: 0531532)

***PENDÊNCIAS:

- a) Não foi apresentado o comprovante de maioria/nacionalidade do Sr. Raidson Barroso Tabosa;
- b) A entidade possui débitos junto à Anatel.

***CONCLUSÕES:

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

É o Relatório.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 13421/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.016402/2015-33.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Cultural de Itapipoca**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itapipoca**, estado do **Ceará**, apresentou requerimento de renovação da autorização (0531532), em 27/05/2015, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 03/05/2015. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 130, parágrafo único, inciso III	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF do Sr. Raidson Barroso Tabosa.
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de	A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) Diretor(es): 1 – Raidson Barroso Tabosa. Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como

Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV	maioridade/nacionalidade.	nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento. Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
---------------------------	---------------------	---------------------------	--

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 20/06/2017, às 10:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/07/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1968610** e o código CRC **72DC9AFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 26631/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

CLÁUDIO RENATO PIRES DA COSTA

Representante Legal da Associação Cultural de Itapipoca

Rua José do Patrocínio, nº 840, Centro

62.500-000 / Itapipoca – CE

CNPJ nº 02.579.495/0001-80

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.016402/2015-33.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13421/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/07/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1968662** e o código CRC **D9A2FCFA**.

Data de Envio:

19/07/2017 11:33:41

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

ascui2016@gmail.com
viniciuscalves@gmail.com
renatotre@bol.com.br
sarahgabinetefp@gmail.com
fabiopires104@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

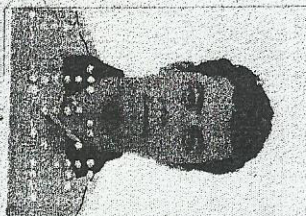
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_1968610.html
Oficio_1968662.html
Requerimento_0531532_53900.026045_2015_11.pdf

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

3º OFÍCIO DE NOTAS
P. MARINHO
Av. P. Antônio Tomás 320
F. MARINHO
Tel. (085) 268-1727
Adequar Fortaleza-CE
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Certifico que a presente é a reprodução fiel do original de Fortaleza.

10 MAR 2008

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREIA MAA - ESC. SUBSTITUTA
MARIA MARLY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA
ANTÔNIO ALEXANDRE PAIVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SELLO DE AUTENTICIDADE
03
105 629027

REGISTRO
GERAL

2004002060743

DATA DE
Emissão

13/4/2004

NOME

CLAUDIO RENATO PIRES DA COSTA

FILIAÇÃO

CLAUDIO JOSE RIBEIRO DA COSTA E
ERIDAN PIRES COSTA

NATURALIDADE

FORTALEZA-CE

DATA DE NASCIMENTO

8/7/1971

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM. 038436 L.B. 070 F

CPF

137 ANT. BEZERRA FORT/CE

CPF

61367508304 ID. ANT. 182833589

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7 F 8 DE 29/09/83

3º OFÍCIO DE NOTAS
P. MARINHO
Av. P. Antônio Tomás 320
F. MARINHO
Tel. (085) 268-1727
Adequar Fortaleza-CE
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Certifico que a presente é a reprodução fiel do original de Fortaleza.

10 MAR 2008

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREIA MAA - ESC. SUBSTITUTA
MARIA MARLY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA
ANTÔNIO ALEXANDRE PAIVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADA



SELLO DE AUTENTICIDADE
03
105 629028

3º OFÍCIO DE NOTAS
P. MARINHO
Av. P. Antônio Tomás 320
F. MARINHO
Tel. (085) 3304.9474
Adequar Fortaleza-CE
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Autentico a presente cópia
que foi autenticado em
Dou fé. Em Test.
Fortaleza - Ce.

20 DEZ 2007

ROBERTO LUIZ
FABRÍCIO GOULART DE A
CLAUDIA CARNEIRO DA S
CONCEIÇÃO DE MARIA CORREIA MAA - ESC. SUBSTITUTA
MARIA MARLY MOTA RIBEIRO - ESC. AUTORIZADA
ANTÔNIO ALEXANDRE PAIVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADA





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
REQUERIMENTO DE VISTA E AGENDAMENTO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Tipo de Solicitação: Vista Eletrônica

Número do Processo : 53900016402/2015-33

Tema : Radiodifusão Comunitária

Temas

Fiscalização - Assuntos referentes a apuração de infrações, sações e ou denúncias.

Radiodifusão Comercial - Assuntos referentes a outorgas & pós-outorgas de Radiodifusão Comercial

Radiodifusão Comunitária - Assuntos referentes a outorgas & pós-outorgas de Radiodifusão Comunitária

Radiodifusão Educativa / Pública - Assuntos referentes a outorgas & pós-outorgas de Radiodifusão Educativa, Consignações da União e Canal da Cidadania

Retransmissoras de TV - Assuntos referentes a retransmissão de televisão em caráter primário e secundário, utilizando tecnologia analógica

TV/RTV Digital - Assuntos referentes a geração e retransmissão de televisão em caráter primário e secundário, utilizando tecnologia digital

Dados do Solicitante

Nome completo : CLAUDIO RENATO PIRES DA COSTA

CPF : 613 675 083-04 RG/Orgão Expedidor : SSP-CE

Vínculo : Integrante do quadro diretivo

Documentos a serem anexados à esta petição, conforme o caso.

a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto.

b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e

c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

Dados do Processo Solicitado

Entidade : ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ : 02.579 495/0001-80

Observação: Acesso A Nota Técnica 13421, Acesso AO Ofício 26631, e se possível A todo o Processo.

Itapipoca, Ceará, 25 de Julho de 2017

Local e data

Assinatura

MICROFILMADO

2.937
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

ATA DA ASEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ:02.579.495/0001-80

AVENIDA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 840, CENTRO, CEP:62.500.000

Aos 6 (seis) de março de 2015 (dois mil e quinze), as 19:00 hs, na Rua José do Patrocínio, 840, Bairro Centro, Cep: 62.500.000 em sua sede social no Município de Itapipoca, Ceará, reuniram-se a diretoria da entidade, instituidores, associados e populares em primeira convocação, sob a Presidência Maria Silvenilda Magalhães, todos adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberar a respeito do comunicado afixado na sede da entidade, a fim de tratar da ordem do dia: **1) Reforma no estatuto da entidade** **2) Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.** Após a leitura do comunicado de convocação, a Senhora Presidente convidou para secretariar os trabalhos da reunião o Sr. Luís de França Feliciano Camerino, após a aceitação do Secretário pelos presentes deu inicio aos trabalhos. A Sra. Presidente convidou a diretoria para compor a mesa, juntamente com os demais componentes, designando posteriormente para apreciação da Assembleia Geral a: **1) Reforma no estatuto da entidade**, sendo o mesmo submetido a votação que recebeu os votos de todos os presentes, sendo aprovado na íntegra. Dando prosseguimento aos trabalhos, procedeu-se a: **2) Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal**, onde foram eleitos por aclamação para o período de 06 (seis) de março de 2015 (dois mil e quinze) á 06 (seis) de março de 2019 (dois mil e dezenove): O Sr. Claudio Renato Pires da Costa para Diretor Presidente; O Sr. José Maria Pereira do Nascimento Para Diretor de Administrativo; O Sr. Raidson Barroso Tabosa Para Diretor de Operações; passando em seguida para eleição do Conselho Fiscal, sendo eleitos da mesma forma os seguintes membros: o Sr. Gilvan Rodrigues Matias Para Presidente do Conselho Fiscal; para Conselheiro o Sr. Bruno Viana Valente; para Conselheiro o Sr. Luís de França Feliciano Camerino; para Conselheira o Sra. Sarah Erika Rodrigues Pinto; para Conselheiro o Sr. Francijorge Domingues Farias; para Conselheiro o Sr. Francisco Renato Cunha Soares.

Após a eleição seus integrantes tomaram posse imediatamente de seus cargos, conforme assinaturas abaixo, por estarem eleitos de acordo com as regras estatutárias. o Presidente convocou todos os presentes para assinar a Ata, visto que não tinha mais nada a tratar. Encerrou-se, assim a presente Assembleia Geral, da qual eu Luís de França Feliciano Camerino, lavrei a presente Ata que assino com os demais dirigentes e associados. Itapipoca (Ce), 06 de março de 2015. Seguem as assinaturas.

José Maria Pereira do Nascimento, Emilio Rodrigues de Sousa, Luís de França Feliciano Camerino, Claudio Renato Pires da Costa, Reginaldo Araújo Bezerra, Francijorge Domingues Farias, Raidson Barroso Tabosa, Gilvan Rodrigues Matias, Bruno Viana Valente, Joana Darc Moura Sousa, José Wanderlei Sousa Soares,



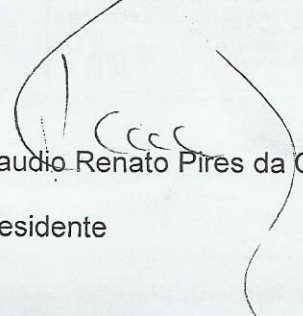
BRUNO *Raidson*

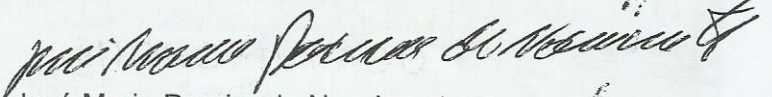
MICROFILMADO

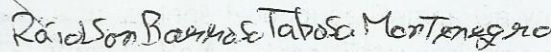
2.937

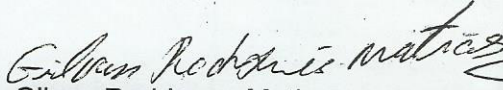
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce


Manoel Teixeira dos Santos, José Eloilson Freire Magalhães, Dayane Freitas Holanda, Maria Analiana de Almeida Firmino, Maria Silvenilda Magalhães, Valquiria Dutra Teixeira, Gorete Evangelista Campos, Maria Lucineide Alves Oliveira, Maria Delane Moura Pereira Castro, Maria Francilene Rodrigues Ramos Carvalho, Antonia Eridam Mendes Freitas, Maria Sandra de Sousa Pires, Estevyna Irineu de Araujo da Silva, Francisca Matias de Sousa, Luiz Carlos Albuquerque Carneiro, Antônio Matias de Lima, Francisco de Assis Santos Viana, Sarah Erika Rodrigues Pinto, Marcio Pereira Freire, José Alberto Braga Alves, Francisca Liliana Gomes Teixeira, Lucia Matias de Oliveira Sousa, Francisco Renato Cunha Soares, Marcos Antônio de Sousa Moura.

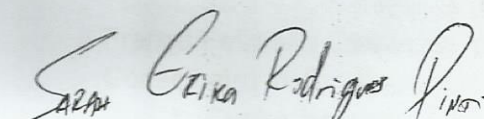

Claudio Renato Pires da Costa
Presidente

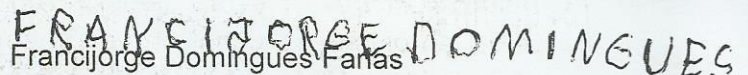

José Maria Pereira do Nascimento
Diretor administrativo

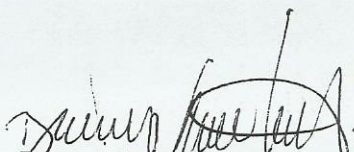

Raidson Barroso Tabosa
Diretor de Operações

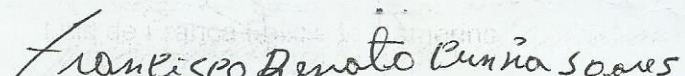

Gilvan Rodrigues Matias
Presidente do Conselho Fiscal

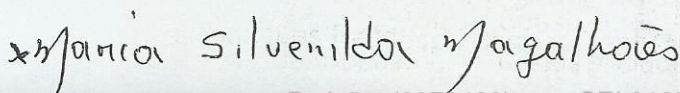

Luis de França Feliciano Camerino
Conselheiro


Sarah Erika Rodrigues Pinto
Conselheira


Francijorge Domingues Farias
Conselheiro


Bruno Viana Valente
Conselheiro


Francisco Renato Cunha Soares
Conselheiro


Maria Silvenilda Magalhães

- * Marcio pereira Freire
- * Maria sandra de souza pires
- * Luciamatias do oliveira souza
- * marjui Sucinide Alves de Oliveira
- * Antonio Chaves Mendes
- * FRANCISCA LILIANA JONES TEIXEIRA



Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de
Cláudio Renato de Paula José Ma-
ria Pereira da Assunção, Raimundo
Barroso Barreto Montenegro (3) Dou. té.
 Itapipoca, 14 de maio de 2015
 Em testemunho da verdade
Maria Dayse Aguiar Moura
 Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabelião
 Isarides Praciano Lima - Substituta
 Clélia Maria Moura Barroso - Substituta



2º. Registro de Pessoas Jurídicas
 CARTÓRIO MOURA
 Av. Anastácio Braga, 557 - Fone (88) 3631.2066
 APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLS. 146 LIVRO
 Nº 02 REGISTRO EM MICROFILME Nº 2.937
 Itapipoca, 14 maio. 2015
Maria Dayse Aguiar Moura
 Maria Dayse Aguiar Moura - Oficiala
 Isarides Praciano Lima - Substituta
 Clélia Maria Moura Barroso - Substituta

Tribunal de Justiça Cartório Moura - 2º Ofício	
Emolun.	<u>47,13</u>
FERMOJU	<u>2,97</u>
Valor Selo	<u>3,82</u>
ISS	<u>2,36</u>
FAADEP	<u>2,36</u>
Prenotação	<u>39,66</u>
Nº Selo AG	<u>085.100</u>
Via(s)	<u>01</u>
Válido somente com selo de autenticidade	

MICROFILMADO

2.938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



Selo de Autenticidade
Valido Somente com

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
CNPJ:02.579.495/0001-80

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A Associação Cultural de Itapipoca, doravante denominada - **ACI**, fundada em 06 de junho de 1998, situada na Rua José do Patrocínio, 840, Centro, CEP:62.500.000, no Município de Itapipoca, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união pessoas, para fins não econômicos, do município de Itapipoca.

Parágrafo Primeiro - A Associação Cultural de Itapipoca, utilizará como denominação fantasia "**Itapipoca FM**", e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º - A Associação Cultural de Itapipoca, tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- Contribuir pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;



MICROFILMADO

2-938
Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Parágrafo Primeiro – É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo – Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º- A receita da **Associação Cultural de Itapipoca**, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Parágrafo Único – Os voluntários que prestam serviços para a Entidade, associados ou não, receberão uma ajuda de custo fixada pela Diretoria.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados às pessoas físicas que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembleia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

§ Único – A qualidade de associado é intransmissível.

Art. 6º - A **Associação Cultural de Itapipoca**, será composta pelas seguintes categorias de associados:

MICROFILMADO

2.938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação. Geral.

II – Contribuintes – os que contribuem da forma estipulada em Assembleia;

III – Beneméritos – os que contribuem com donativos e doações.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

a) ter voz, o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e não tenham faltado três assembleias consecutivas;

b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.

c) ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de voluntários, colaboradores e participantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria.

d) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios;

e) prestar serviços na condição de voluntário, sempre que convocados para tal, para o melhor desempenho das atividades da Entidade.

f) acatar as determinações da diretoria

g) comparecer e tomar parte nas assembleias Gerais,

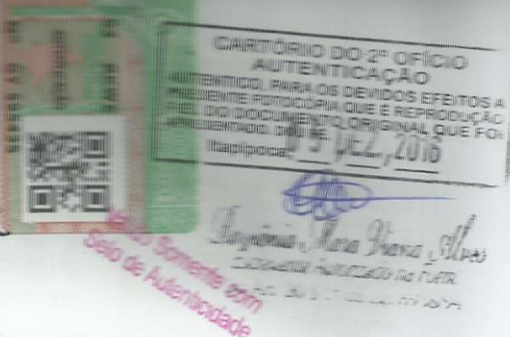
Art. 9º - É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social: I – Grave violação do Estatuto; II – Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos; III – Promover atividades que contrariem decisões de Assembleias; IV – Desvio de bons costumes; V – Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais; VI – Falta de contribuições associativas estipulada em assembleia.

Parágrafo Único – A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocado especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

MICROFILMADO

2.338

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da Associação Cultural de Itapipoca:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria executiva;
- c) Conselho Comunitário;
- d) Conselho fiscal, será o órgão de aferição, acompanhamento, avaliação e averiguação, eleito para acompanhar permanentemente o desempenho da entidade, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da diretoria, sendo composto três membros efetivos e três suplentes. § 1º - O conselho fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade. § 2º - Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos. § 3º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Art. 11 - A assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **Associação Cultural de Itapipoca**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 19 (dezenove) de dezembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

§ 1º - A assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Cultural de Itapipoca** e no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

MICROFILMADO

2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º do Art.11.

§2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Cultural de Itapipoca** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **Associação Cultural de Itapipoca**.
- e) Apresentar relatório anual a assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da assembleia Geral;



MICROFILMADO

2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

II) De cada dirigente:

a) Ao **Diretor Presidente** compete: representar a **Associação Cultural de Itapipoca**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos documentos concernentes a vida financeira da **Associação Cultural de Itapipoca**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;

c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário será composto pelas entidades elencadas no parágrafo primeiro, que indicarão um representante cada, para compor o conselho, e terá a função de aprovar a programação da emissora.

Parágrafo primeiro - Fazem parte do Conselho Comunitário:

- a) Associação dos Moradores do Bairro do Cruzeiro b) Associação Comunitária do Bairro Alto Alegre, c) Associação Comunitária do Julho II, d) Associação de moradores e moradoras do bairro nova aldeota, e) Associação dos moradores do Bairro do Violeta.

Parágrafo segundo - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária,



MICROFILMADO

2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até cinco dias antes da assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

§3º - A comissão eleitoral será indicada ou formada pelo Conselho de Fundadores.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo Único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O Patrimônio e Receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será composto pelas contribuições sociais definidas pela assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

MICROFILMADO

2-538

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19 - A dissolução da **Associação Cultural de Itapipoca** ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na assembleia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na AG de 06 de março de 2015, e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.



Itapipoca, 06 de março de 2015.

MICROFILMADO

2-938

Cartório Moura - 2º Ofício
Itapipoca - Ce



Associação Cultural de Itapipoca

Presidente

Diretor administrativo

Emolumento	42,13
FERMOU	9,97
Valor Selo	3,82
ISS	2,36
FAADEP	2,36
Prenotação	39,66
Nº Selo AGO 85-101	
Via(s)	01
Válido somente com selo de autenticidade	

Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Presidente do conselho

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

FRANCISORE DOMINGUES FARIAS

Conselheiro

Conselheiro

2º. Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MOURA

Av. Anastácio Braga, 557 - Fone (88) 3631.2066
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLS. 146 LIVRO
Nº 02 REGISTRO EM MICROFILME Nº 2.938
Itapipoca, 14 maio 2015

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.579.495/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/06/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R JOSE DO PATROCINIO	NÚMERO 840	COMPLEMENTO	
CEP 62.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAPIPOCA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/12/2016** às **11:58:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Data de Envio:

26/07/2017 11:06:10

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

Para:

renatotre@bol.com.br

Assunto:

Espaço do Radiodifusor

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.044221/2017-67

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ: 02.579.495/0001-80

Ofício nº 31/2017/ACI

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação – MCTIC

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto : Resposta ao ofício 26631/2017/SEI-MCTIC e Nota Técnica 13421/2017/SEI-MCTIC

Processo : 53.900.016402/2015-33

Excelentíssima Senhora Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária,

Em resposta ao ofício 26631/2017/SEI-MCTIC e Nota Técnica 13421/2017/SEI-MCTIC, venho através deste no prazo legal, encaminhar as pendências constatada no processo nº 53.900.016402/2015-33.

Do exposto, requeremos a vossa Excelência o prosseguimento do aludido processo de renovação de outorga nº 53.900.016.402/2015-33 neste honrado Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Estaremos sempre à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Claudio Renato Pires da Costa

CPF:613.675.083-04

Emaill : renatoebelene@gmail.com - ascui2016@gmail.com



Menu Principal ▾

BOM DIA
claudio renato pires da costa
Sistemas
Interativos

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ: 02.579.495/0001-80

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:28:04 do dia 30/10/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

Proibido Plastificar

Polgar Direito

Ráldson Barroso Tabosa Montenegro

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2016287194-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/11/2016

NOME
RÁLDSON BARROSO TABOSA MONTENEGRO

FILIAÇÃO
**RAIMUNDO MONTENEGRO DE SOUZA
MARIA DE AGUIAR BARROSO TABOSA**

NATURALIDADE
ITAPIPOCA - CE

DATA DE NASCIMENTO
04/11/1982

DOC. ORIGEM
**CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO:1 OFICIO TERMO:31222 FOLHA:97
LIVRO:A-27 ITAPIPOCA - CE
CPF 669.471.463-72**

RG: ANT: 321449897 P.: 15

2 VTA ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AUTENTICAÇÃO**
AUTENTICO, PARA OS DEVIDO EFEITOS A
PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI
PRESENTADO DOU FE
Itapipoca, 31 OUT. 2017

Maria Dayse Aguiar Moura
Maria Dayse Aguiar Moura
2ª Tabelião



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

669.471.463-72

Nome

RAIDSON BARROSO TABOSA MONTENEGRO

Nascimento

04/11/1982

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
AUTENTICAÇÃO
AUTÊNTICO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS A
PRESENTE FOTOCÓPIA QUE É REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOI
APRESENTADO, DQU Nº 114100, de 03/11/2017,
Itapipoca.

Maria Dayse Aguiar Moura
Maria Dayse Aguiar Moura
2ª Tabeliã



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ: 02.579.495/0001-80

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:41:00 do dia 23/11/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/12/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.016402/2015 Localidade / UF: ITAPIPOCA/CE
Entidade: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Raidson Barroso Tabosa	669.471.463-72	Diretor de Operações	06/03/2015 06/03/2019	
Cláudio Renato Pires da Costa	613.675.083-04	Presidente	06/03/2015 06/03/2019	(88) 996664545 (88) 36313988 (88) 99612914 (88) 36313988
José Maria Pereira do Nascimento	699.585.643-00	Diretor Administrativo	06/03/2015 06/03/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº: 53900.016402/2015-33

Localidade: Itapipoca / CE

Entidade: Associação Cultural de Itapipoca

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (0531532)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 27/05/2015

1.2) Tempestividade: Abrangido pela Lei nº 13.424/2017 (art. 6-B, §6º).

2) Estatuto Social: (2073430) (2073431) (2073432) (2073433) (2073435) (2073436) (2073438) (2073439) (2073440)
? registrado

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: AUSENTE

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 8, a

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, a

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 10 e 12

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12 (4 anos)

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14

3) Ata de Eleição da Diretoria: fl. 9 a 11 (0531532) - registrada

Mandato de 06/03/2015 a 06/03/2019

Presidente: Claudio Renato Pires da Costa CPF: 613.675.083-04 DN: 09/07/1971

Diretor Administrativo: José Maria Pereira do Nascimento CPF: 699.585.643-00 DN: 29/08/1975

Diretor de Operações: Raidson Barroso Tabosa CPF: 669.471.463-72 DN: 04/11/1982

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 40 e 42 (0531532); (2350367)

5) CNPJ: fl. 03 (0531532)

6) Certidão Negativa da Anatel: (2429195)

7) Declaração de conformidade: fl. 38 (0531532)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 22 e 27 (0531532)

*****PENDÊNCIAS:**

Estatuto Social: Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica.

*****CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

Luciana Pimentel Chaves

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 27398/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.016402/2015-33.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 2 (dois).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Cultural de Itapipoca**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itapipoca**, estado do **Ceará**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 13421/2017/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, II da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p><u>Observação 1:</u> a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p><u>Observação 2:</u> o estatuto social deverá estar registrado no Livro A</p>

		do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme art. 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
--	--	--

3. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 27/11/2017, às 15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/11/2017, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2429277** e o código CRC **CE0ABCE6**.

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 51117/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

CLÁUDIO RENATO PIRES DA COSTA

Representante Legal da Associação Cultural de Itapipoca (CNPJ nº 02.579.495/0001-80)

Rua José do Patrocínio, nº 840, Centro

62.500-000 / Itapipoca – CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.016402/2015-33.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 27398/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicito que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/11/2017, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2429376** e o código CRC **C54639AD**.

Data de Envio:

04/12/2017 08:16:56

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

ascui2016@gmail.com
viniciuscalves@gmail.com
renatotre@bol.com.br
sarahgabinetefp@gmail.com
fabiopires104@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2429277.html
Oficio_2429376.html

Associação Cultural de Itapipoca
02.579.495/0001-80

Ofício 51/2017/ACI

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
Secretaria de Radiodifusão – Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de
Fiscalização - Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas do Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações - MCTIC

Assunto: Resposta ao Ofício 51117/2017/SEI-MC-TIC e Nota Técnica nº 27398/2017/SEI-MCTIC

Processo: 53.900.016402/2015-33

Localidade: Itapipoca/CE

Senhora Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária,

Em resposta ao Ofício 51117/2017/SEI-MC-TIC e Nota Técnica nº 27398/2017/SEI-MCTIC venho
através deste no prazo legal, encaminhar as pendências constatada no processo
53.900.016402/2015-33. (anexo)

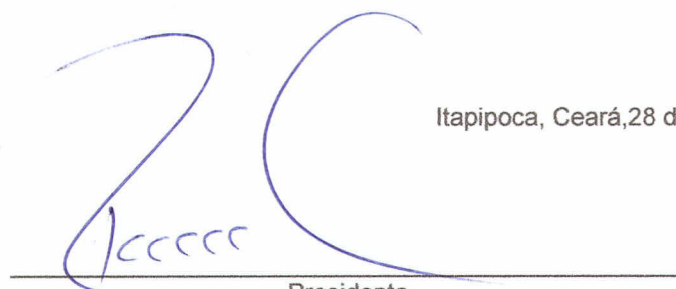
Do exposto, requeremos a vossa excelência o prosseguimento do aludido processo de renovação
de outorga 53.900.016402/2015-33 neste honrado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações.

Estaremos sempre à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Nós
que fazemos parte da ACI desejamos continuar prestando os relevantes serviços a nossa
comunidade.

Atenciosamente,

Respeitosamente,

Itapipoca, Ceará, 28 de Dezembro de 2017.



Presidente
Claudio Renato Pires da Costa
CPF: 613.675.083-04

renatoebelene@gmail.com - Ascui2016@gmail.com (88) 996-66-4545 -(85)98690-5003

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
CULTURAL DE ITAPIPOCA - CNPJ: 02.579.495/0001-80

Aos 19 (dezenove) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), as 08:00hs, na Rua José do Patrocínio, 840, Bairro Centro, Cep: 62.500.000 em sua sede social no Município de Itapipoca, Ceará, reuniram-se a maioria da diretoria da entidade, a maioria absoluta dos associados, fundadores, contribuintes, beneméritos e populares em primeira convocação, sob a Presidência do Sr. Cláudio Renato Pires da Costa, todos adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberar a respeito do comunicado afixado na sede da entidade, no estúdio e na sede das entidades que compõe o conselhos comunitários, conforme reza o Art.11 do Estatuto, a fim de tratar da ordem do dia **1) Reforma do estatuto da entidade**. Após a leitura do comunicado de convocação, o Senhor Diretor Presidente convidou para secretariar os trabalhos da reunião o Diretor Administrativo Sr. José Maria Pereira do Nascimento, convidou também toda a diretoria para compor a mesa juntamente com os demais componentes, designando posteriormente para a apreciação da Assembleia Geral Extraordinária: **1) Reforma no estatuto da entidade**, sendo o mesmo submetido a votação conforme reza o Art.11 do Estatuto, que recebeu os votos de dois terço dos dos associados presentes, sendo o mesmo aprovado na íntegra. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente convocou todos os presentes para assinar a Ata, visto que não tinha mais nada a tratar. Encerrou-se, assim a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu José Maria Pereira do Nascimento, lavrei a presente Ata que assino com os demais dirigentes e associados. Itapipoca (Ce), 19 de dezembro de 2017. Seguem as assinaturas.

Cláudio Renato Pires da Costa, José Maria Pereira do Nascimento, Raidson Barroso Tabosa, Gilvan Rodrigues Matias, Bruno Viana Valente, Francijorge Domingues Farias, Sarah Erika Rodrigues Pinto, Marcio Pereira Freire, Karine Teixeira Xavier, Mayara Gleucyane Benigno Mesquita, Jose Mota Xavier, Maria Silvenilda Magalhães, Francisca Liliana Gomes Teixeira, Lúcia Matias de Oliveira Sousa, Valquíria Dutra Teixeira, Maria Elaine de Sousa Batista, Maria Lucineide Alves Oliveira, Emilio Rodrigues de Sousa, Reginaldo Araújo Bezerra, Joana Darc Moura Sousa, José Wanderlei Sousa Soares, Manoel Teixeira dos Santos, Dayane Freitas Holanda, Maria Analiana de Almeida Firmino, Gorete Evangelista Campos, Maria Delane Moura Pereira Castro, Maria Francilene Rodrigues Ramos Carvalho, Antônia Eridam Mendes Freitas, Maria Sandra de Sousa Pires, Estevynã Irineu de Araujo da Silva, Francisca Matias de Sousa, Luiz Carlos Albuquerque Carneiro, Antônio Matias de Lima, Francisco de Assis Santos Viana, José Alberto Braga Alves, Francisco Renato Cunha Soares, Eridan Pires da Costa, Marcos Antônio de Sousa Moura.

Cláudio Renato Pires da Costa
Presidente

José Maria Pereira do Nascimento
Diretor Administrativo

Raidson Barroso Tabosa Montenegro
Diretor de Operação

FRANCIS JORGE DOMINGUES FARIAS

marcio pereira Freire

Grizdan Pires da Costa

Lucia matias do liveira souza

SARAH ERIKA RODRIGUES PINTO

Immo Vime Unif

Daryne Freitas Holanda

Antonia Gisele Pires Rêgo

Maria Suelma de Sousa Pires

Maria Suelma de Sousa Pires

Francisca matias de souza

Luiz Carlos Albuquerque Carneiro

Maria Silveira Magalhães

Valquíria Dutra Teixeira

Francisco Antonio de Jesus Sousa

Francisca Lilianna Gomes Teixeira

Francisca Nívea Gomes Teixeira

Larissa Talizena Vaz

Jose Mafro Moura

Valido Somente com
Selo de Autenticidade

Reconheço verdadeira, por semelhança a(s) firmat(s) de

Claudio Renato Pires da Costa

do Nascimento Rolden

Barroco Taboas Montenegro

Do fe.

Itapirica, de 27 DEZ. 2017

Em testemunho da Verdade.

Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabelião

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Valido Somente com
Selo de Autenticidade

2º Registro de Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO MOURA

Av. Anastácio Braga, 557 - Fone: (88) 3631-2066

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLs 277

LIVRO Nº 02, REGISTRO Nº 3502 COMO

AVERBAÇÃO DO REGISTRO PRIMITIVO

Nº 571

ITAPIRICA, 27 DEZ. 2017

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Emolumentos 43,85

FERMOJU 2,77

Valor Selo 4,75

ISS 2,19

FAADEP 2,19

Prenotação 51,27

FRMP 2,19

Nº do Selo AH 521.853

Via(s)

Cartório Moura - 2º Ofício

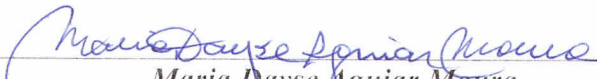


CERTIDÃO Nº. 517

CERTIFICO como me faculta a Lei, a requerimento verbal da parte interessada que, dando busca no arquivo deste Cartório, verifiquei que a ATA da assembleia Extraordinária Para Criação e instalação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE ITAPIPOCA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.579.495/0001-80, FOI REGISTRADA NO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE ITAPIPOCA, como conta registro sob nº 735, fls. 28, do livro nº 01, do Registro de pessoas jurídicas, datado de 15 de outubro de 2001. Bem como o ESTATUTO da referida Associação, sob o nº 591, em data de 17 de junho de 1998. CERTIFICO mais que a ATA da referida associação foi reformulada e com uma nova denominação de **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA** conforme consta no microfilme nº 752, do registro de pessoas jurídicas, foi feito uma outra Ata com o nº de registro de 2.937, fls. 146, do livro A-2 datado em de 14 de maio de 2015; e também seu ESTATUTO foi reformulado, conforme consta o registro nº 2.938, protocolado as fls. 146, do livro A-2 datada em 14 de maio de 2015. CERTIFICO mais que a ATA da referida associação foi reformulada conforme consta o novo registro sob o protocolo nº 3502, fls. 277, Livro 02 datada em 27 de dezembro de 2017; e também seu ESTATUTO foi reformulado, conforme consta o novo registro sob o protocolo nº 3503, fls. 277, Livro 02 datado em 27 de dezembro de 2017. CERTIFICO ainda que a Associação acima referida tem personalidade jurídica. O referido é verdade. Dou fé.

Tribunal de Justiça CARTÓRIO MOURA	
Emolumentos	R\$ 19,58
FERMOJU	R\$ 3,69
Vr SELO	R\$ 6,85
ISS	R\$ 0,98
FAADEP	R\$ 0,98
FRMP	R\$ 0,98
Nº do Selo	AJ 358 679
Via(a)	01
Válido somente com selo de autenticidade	

Em testemunho (Ass) da Verdade.
Itapipoca, 27 de dezembro de 2017.
2ª Oficiala do Registro Civil das Pessoas Jurídicas


Maria Dayse Aguiar Moura
Registradora



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
CNPJ:02.579.495/0001 -80

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A Associação Cultural de Itapipoca, doravante denominada -ACI, fundada em 06 de junho de 1998, situado na Rua José do Patrocínio, 840, Centro, CEP:62.500.000, no Município de Itapipoca, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união pessoas, para fins não económicos, do município de Itapipoca.

Parágrafo Primeiro - A Associação Cultural de Itapipoca utilizará como denominação fantasia "Itapipoca FM", e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A Associação Cultural de Itapipoca tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Contribuir pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- b) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, esportes náuticos, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- c) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura, o esporte e o convívio social;
- d) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II- respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais, esportivas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas, culturais e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

[Assinatura manuscrita]
02/06/2017

d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Parágrafo Primeiro - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º- Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Parágrafo Único - Os voluntários que prestam serviços para a entidade, associados ou não, receberão uma ajuda de custo fixada pela Diretoria.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º- Serão admitidos como associados, às pessoas físicas que tenham preenchido o formulário próprio apenas para fins de registro cadastral e admitidos em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - A entidade poderá requerer do interessado o preenchimento do formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado..

Parágrafo Segundo - A qualidade de associado é intransmissível.

Art. 6º- A **Associação Cultural de Itapipoca** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II - Contribuintes - os que contribuem da forma estipulada em Assembleia;
- III - Beneméritos - os que contribuem com donativos e doações.

Art. 7º- As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º- São direitos e deveres dos associados:

- a) ter voz, o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e não tenham faltado três assembleias consecutivas;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- c) ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de voluntários, colaboradores e participantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria.
- d) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios;
- e) prestar serviços na condição de voluntário, sempre que convocados para tal, para o melhor desempenho das atividades da Entidade.
- f) Acatar as determinações da diretoria
- g) comparecer e tomar parte nas assembleias Gerais,
- h) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física e jurídica.**

Art. 9º- É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social

- I - Grave violação do Estatuto;
- II - Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;
- III - Promover atividades que contrariem decisões de Assembleias;
- IV - Desvio de bons costumes;
- V - Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- VI - Falta de contribuições associativas estipulada em assembleia.

Parágrafo Único - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocado especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.



Art. 10 - São órgãos da Associação Cultural de Itapipoca:

- a) Assembleia Geral;
- b.) Diretoria executiva;
- c) Conselho Comunitário.
- d) Conselho fiscal, será o órgão de aferição, acompanhamento, avaliação e averiguação, eleito para acompanhar permanentemente o desempenho da entidade, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da diretoria , sendo composto três membros efetivos e três suplentes.

§ 1º- O conselho fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade.

§ 2º- Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

§ 3º- Os membros suplentes poderão obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Art. 11 - A assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **Associação Cultural de Itapipoca**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 29 (vinte e nove) de dezembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

§ 1º A assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados/para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Cultural de Itapipoca** e no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

Art. 12 - A Diretoria da Associação Cultural de Itapipoca, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no § 1º do Art. 11.

§2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Cultural de Itapipoca** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **Associação Cultural de Itapipoca**.
- e) Apresentar relatório anual a assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

a) Ao **Diretor Presidente** compete: representar a **Associação Cultural de Itapipoca**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **Associação Cultural de Itapipoca**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento económico financeiro da entidade;

c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário será composto pelas entidades elencadas no parágrafo primeiro, que indicarão um representante cada, para compor o conselho, e terá a função de aprovar a programação da emissora.

Parágrafo primeiro - Fazem parte do Conselho Comunitário:

a) Associação dos Moradores do Bairro do Cruzeiro b) Associação Comunitária do Bairro Alto Alegre, c) Associação Comunitária do Julho II, d) Associação de moradores e moradoras do bairro nova aldeota, e) Associação dos moradores do Bairro do Violete.

Parágrafo segundo - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até cinco dias antes da assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expreso consentimento de seus membros.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

§3º - A comissão eleitoral será indicada ou formada pelo Conselho de Fundadores.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17- O Patrimônio e Receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será composto pelas contribuições sociais definidas pela assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19 - A dissolução da **Associação Cultural de Itapipoca** ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não económicos congénere, definida na assembleia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2017 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Itapipoca, Ceará 19 de dezembro de 2017.

Associação Cultural de Itapipoca

Presidente

Diretor Administrativo

Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Presidente do Conselho

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Reconheço verdadeira, por semelhança a(s) firma(s) de

Claudio Renato Lima da Costa

Raldson Barros Tabosa

Montenegro Foz Maria Perui

ora do Nascimento Dou fé.

Loca, de 27 DEZ 2017.

Testemunho da Verdade.

Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabeliã

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Valido Selo com Autenticidade

SETO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO

VUC 02

RECONHECIMENTO DE FIRMA

CG094.948

CG094.947

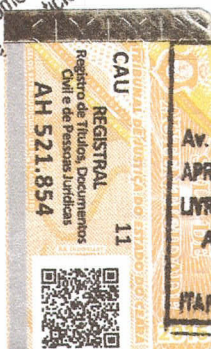
CG094.946

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

Valido Somente com
Selo de Autenticidade



2º Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MOURA
Av. Anastácio Braga, 557 - Fone: (88) 3631-2066
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLS. 277
LIVRO Nº 02, REGISTRO Nº 3502, COMO
AVERBAÇÃO DO REGISTRO PRIMITIVO
Nº 571
ITAPIPOCA, 27 DE JULHO DE 2017

Jose Praciano Neto
Jose Praciano Neto
Escritor Autorizado na Form.
Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Cartório Moura - 2º Ofício	Emolumentos	43,85
	FERMOJU	2,77
	Valor Selo	4,75
	ISS	2,39
	FAADEP	2,39
	Prenotação	51,27
	FRMP	2,19
	Nº do Selo	AH 521.854
	Via(s)	

Associação Cultural de Itapipoca
02.579.495/0001-80

Ofício 51/2017/ACI

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
Secretaria de Radiodifusão – Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de
Fiscalização - Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas do Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações - MCTIC

Assunto: Resposta ao Ofício 51117/2017/SEI-MC-TIC e Nota Técnica nº 27398/2017/SEI-MCTIC

Processo: 53.900.016402/2015-33

Localidade: Itapipoca/CE

Senhora Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária,

Em resposta ao Ofício 51117/2017/SEI-MC-TIC e Nota Técnica nº 27398/2017/SEI-MCTIC venho
através deste no prazo legal, encaminhar as pendências constatada no processo
53.900.016402/2015-33. (anexo)

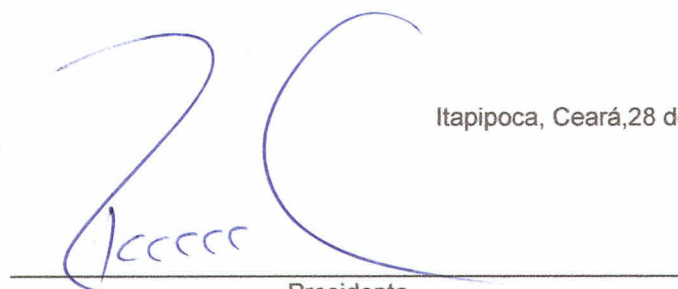
Do exposto, requeremos a vossa excelência o prosseguimento do aludido processo de renovação
de outorga 53.900.016402/2015-33 neste honrado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações.

Estaremos sempre à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Nós
que fazemos parte da ACI desejamos continuar prestando os relevantes serviços a nossa
comunidade.

Atenciosamente,

Respeitosamente,

Itapipoca, Ceará, 28 de Dezembro de 2017.



Presidente
Claudio Renato Pires da Costa
CPF: 613.675.083-04

renatoebelene@gmail.com - Ascui2016@gmail.com (88) 996-66-4545 -(85)98690-5003

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
CULTURAL DE ITAPIPOCA - CNPJ: 02.579.495/0001-80

Aos 19 (dezenove) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), as 08:00hs, na Rua José do Patrocínio, 840, Bairro Centro, Cep: 62.500.000 em sua sede social no Município de Itapipoca, Ceará, reuniram-se a maioria da diretoria da entidade, a maioria absoluta dos associados, fundadores, contribuintes, beneméritos e populares em primeira convocação, sob a Presidência do Sr. Cláudio Renato Pires da Costa, todos adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberar a respeito do comunicado afixado na sede da entidade, no estúdio e na sede das entidades que compõe o conselhos comunitários, conforme reza o Art.11 do Estatuto, a fim de tratar da ordem do dia **1) Reforma do estatuto da entidade**. Após a leitura do comunicado de convocação, o Senhor Diretor Presidente convidou para secretariar os trabalhos da reunião o Diretor Administrativo Sr. José Maria Pereira do Nascimento, convidou também toda a diretoria para compor a mesa juntamente com os demais componentes, designando posteriormente para a apreciação da Assembléia Geral Extraordinária: **1) Reforma no estatuto da entidade**, sendo o mesmo submetido a votação conforme reza o Art.11 do Estatuto, que recebeu os votos de dois terço dos dos associados presentes, sendo o mesmo aprovado na íntegra. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente convocou todos os presentes para assinar a Ata, visto que não tinha mais nada a tratar. Encerrou-se, assim a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu José Maria Pereira do Nascimento, lavrei a presente Ata que assino com os demais dirigentes e associados. Itapipoca (Ce), 19 de dezembro de 2017. Seguem as assinaturas.

Cláudio Renato Pires da Costa, José Maria Pereira do Nascimento, Raidson Barroso Tabosa, Gilvan Rodrigues Matias, Bruno Viana Valente, Francijorge Domingues Farias, Sarah Erika Rodrigues Pinto, Marcio Pereira Freire, Karine Teixeira Xavier, Mayara Gleucyane Benigno Mesquita, Jose Mota Xavier, Maria Silvenilda Magalhães, Francisca Liliana Gomes Teixeira, Lúcia Matias de Oliveira Sousa, Valquíria Dutra Teixeira, Maria Elaine de Sousa Batista, Maria Lucineide Alves Oliveira, Emilio Rodrigues de Sousa, Reginaldo Araújo Bezerra, Joana Darc Moura Sousa, José Wanderlei Sousa Soares, Manoel Teixeira dos Santos, Dayane Freitas Holanda, Maria Analiana de Almeida Firmino, Gorete Evangelista Campos, Maria Delane Moura Pereira Castro, Maria Francilene Rodrigues Ramos Carvalho, Antônia Eridam Mendes Freitas, Maria Sandra de Sousa Pires, Estevynã Irineu de Araujo da Silva, Francisca Matias de Sousa, Luiz Carlos Albuquerque Carneiro, Antônio Matias de Lima, Francisco de Assis Santos Viana, José Alberto Braga Alves, Francisco Renato Cunha Soares, Eridan Pires da Costa, Marcos Antônio de Sousa Moura.

Cláudio Renato Pires da Costa
Presidente

José Maria Pereira do Nascimento
Diretor Administrativo

Raidson Barroso Tabosa Montenegro
Raidson Barroso Tabosa Montenegro
Diretor de Operação

FRANCIS JORGE DOMINGUES FARIAS

marcio pereira Freire

Grizdan Pires da Costa

Lucia matias doliveira souza

SARAH ERIKA RODRIGUES PINTO

Immo Vime Vuit

Darlene Fritas Holanda

Antonia Giscard Pires Fritas

Maria Suelma de Sousa Pires

Maria Suelma de Sousa Pires

Francisca matias de souza

Luiz Carlos Albuquerque Carneiro

Maria Silveirida magalhães

Valquíria Dutra Teixeira

Francisco Antonio de Jesus Pessoa

FRANCISCA LILIANA GOMES TEIXEIRA

Francisca Nívea Gomes Teixeira

Larissa Talizena Vaz

Jose Mafro JMR

Valido Somente com
Selo de Autenticidade

Reconheço verdadeira, por semelhança a(s) firmat(s) de

Claudio Renato Pires da Costa

do Nascimento

Barroco Taboas Montenegro

Do fe.

Itapirica, de 27 DEZ. 2017

Em testemunho da Verdade.

Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabelião

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Valido Somente com
Selo de Autenticidade

2º Registro de Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO MOURA

Av. Anastácio Braga, 557 - Fone: (88) 3631-2066

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLs 277

LIVRO Nº 02, REGISTRO Nº 3502 COMO

AVERBAÇÃO DO REGISTRO PRIMITIVO

Nº 571

ITAPIRICA, 27 DEZ. 2017

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Emolumentos 43,85

FERMOJU 2,77

Valor Selo 4,75

ISS 2,19

FAADEP 2,19

Prenotação 51,27

FRMP 2,19

Nº do Selo AH 521.853

Via(s)

Cartório Moura - 2º Ofício



CERTIDÃO Nº. 517

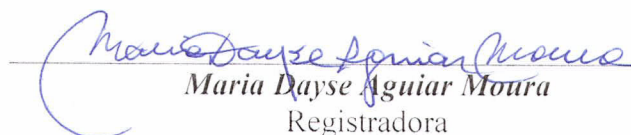
CERTIFICO como me faculta a Lei, a requerimento verbal da parte interessada que, dando busca no arquivo deste Cartório, verifiquei que a ATA da assembleia Extraordinária Para Criação e instalação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE ITAPIPOCA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.579.495/0001-80, FOI REGISTRADA NO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE ITAPIPOCA, como conta registro sob nº 735, fls. 28, do livro nº 01, do Registro de pessoas jurídicas, datado de 15 de outubro de 2001. Bem como o ESTATUTO da referida Associação, sob o nº 591, em data de 17 de junho de 1998. CERTIFICO mais que a ATA da referida associação foi reformulada e com uma nova denominação de **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA** conforme consta no microfilme nº 752, do registro de pessoas jurídicas, foi feito uma outra Ata com o nº de registro de 2.937, fls. 146, do livro A-2 datado em de 14 de maio de 2015; e também seu ESTATUTO foi reformulado, conforme consta o registro nº 2.938, protocolado as fls. 146, do livro A-2 datada em 14 de maio de 2015. CERTIFICO mais que a ATA da referida associação foi reformulada conforme consta o novo registro sob o protocolo nº 3502, fls. 277, Livro 02 datada em 27 de dezembro de 2017; e também seu ESTATUTO foi reformulado, conforme consta o novo registro sob o protocolo nº 3503, fls. 277, Livro 02 datado em 27 de dezembro de 2017. CERTIFICO ainda que a Associação acima referida tem personalidade jurídica. O referido é verdade. Dou fé.

Tribunal de Justiça CARTÓRIO MOURA	
Emolumentos	R\$ 19,58
FERMOJU	R\$ 3,69
Vr SELO	R\$ 6,85
ISS	R\$ 0,98
FAADEP	R\$ 0,98
FRMP	R\$ 0,98
Nº do Selo	AJ 358 679
Via(a)	01
Válido somente com selo de autenticidade	

Em testemunho (Ass) da Verdade.

Itapipoca, 27 de dezembro de 2017.

2ª Oficiala do Registro Civil das Pessoas Jurídicas


Maria Dayse Aguiar Moura
Registradora



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
CNPJ:02.579.495/0001 -80

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A Associação Cultural de Itapipoca, doravante denominada -ACI, fundada em 06 de junho de 1998, situado na Rua José do Patrocínio, 840, Centro, CEP:62.500.000, no Município de Itapipoca, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união pessoas, para fins não económicos, do município de Itapipoca.

Parágrafo Primeiro - A Associação Cultural de Itapipoca utilizará como denominação fantasia "Itapipoca FM", e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A Associação Cultural de Itapipoca tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Contribuir pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- b) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, esportes náuticos, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- c) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura, o esporte e o convívio social;
- d) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II- respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais, esportivas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas, culturais e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

[Assinatura manuscrita]
02/06/2017

d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Parágrafo Primeiro - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º- Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Parágrafo Único - Os voluntários que prestam serviços para a entidade, associados ou não, receberão uma ajuda de custo fixada pela Diretoria.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º- Serão admitidos como associados, às pessoas físicas que tenham preenchido o formulário próprio apenas para fins de registro cadastral e admitidos em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - A entidade poderá requerer do interessado o preenchimento do formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado..

Parágrafo Segundo - A qualidade de associado é intransmissível.

Art. 6º- A **Associação Cultural de Itapipoca** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II - Contribuintes - os que contribuem da forma estipulada em Assembleia;
- III - Beneméritos - os que contribuem com donativos e doações.

Art. 7º- As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º- São direitos e deveres dos associados:

a) ter voz, o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e não tenham faltado três assembleias consecutivas;

b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.

c) ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de voluntários, colaboradores e participantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria.

d) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios;

e) prestar serviços na condição de voluntário, sempre que convocados para tal, para o melhor desempenho das atividades da Entidade.

f) Acatar as determinações da diretoria

g) comparecer e tomar parte nas assembleias Gerais,

h) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física e jurídica.

Art. 9º- É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social

I - Grave violação do Estatuto;

II - Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;

III - Promover atividades que contrariem decisões de Assembleias;

IV - Desvio de bons costumes;

V - Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;

VI - Falta de contribuições associativas estipulada em assembleia.

Parágrafo Único - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocado especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Art. 10 - São órgãos da Associação Cultural de Itapipoca:

- a) Assembleia Geral;
- b.) Diretoria executiva;
- c) Conselho Comunitário.
- d) Conselho fiscal, será o órgão de aferição, acompanhamento, avaliação e averiguação, eleito para acompanhar permanentemente o desempenho da entidade, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da diretoria , sendo composto três membros efetivos e três suplentes.

§ 1º- O conselho fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade.

§ 2º- Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

§ 3º- Os membros suplentes poderão obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Art. 11 - A assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **Associação Cultural de Itapipoca**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 29 (vinte e nove) de dezembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

§ 1º A assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados/para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Cultural de Itapipoca** e no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.



§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

Art. 12 - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no § 1º do Art. 11.

§2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Cultural de Itapipoca** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **Associação Cultural de Itapipoca**.
- e) Apresentar relatório anual a assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

a) Ao **Diretor Presidente** compete: representar a **Associação Cultural de Itapipoca**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **Associação Cultural de Itapipoca**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento económico financeiro da entidade;

c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário será composto pelas entidades elencadas no parágrafo primeiro, que indicarão um representante cada, para compor o conselho, e terá a função de aprovar a programação da emissora.

Parágrafo primeiro - Fazem parte do Conselho Comunitário:

a) Associação dos Moradores do Bairro do Cruzeiro b) Associação Comunitária do Bairro Alto Alegre, c) Associação Comunitária do Julho II, d) Associação de moradores e moradoras do bairro nova aldeota, e) Associação dos moradores do Bairro do Violete.

Parágrafo segundo - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até cinco dias antes da assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expreso consentimento de seus membros.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

§3º - A comissão eleitoral será indicada ou formada pelo Conselho de Fundadores.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17- O Patrimônio e Receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será composto pelas contribuições sociais definidas pela assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19 - A dissolução da **Associação Cultural de Itapipoca** ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não económicos congénere, definida na assembleia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2017 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Itapipoca, Ceará 19 de dezembro de 2017.

Associação Cultural de Itapipoca

Presidente

Diretor Administrativo

Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Presidente do Conselho

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Reconheço verdadeira, por semelhança a(s) firma(s) de

Claudio Renato Lima da Costa

Raldson Barreto Tabosa

Montenegro Foz Maria Perri

ora do Nascimento Dou fé.

Loca, de 27 DEZ 2017.

Testemunho da Verdade.

Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabeliã

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Valido Selc

SETO DE AUTENTICACAO

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO

VUC 02

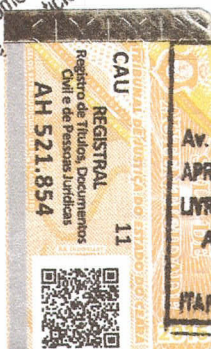
RECONHECIMENTO DE FIRMA

CG094.948

CG094.947

CG094.946

Valido Somente com
Selo de Autenticidade



2º Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MOURA
Av. Anacleto Braga, 557 - Fone: (81) 3631-2066
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLS. 277
LIVRO Nº 02, REGISTRO Nº 3502, COMO
AVERBAÇÃO DO REGISTRO PRIMITIVO
Nº 571
ITAPIOCA, 27/07/2017

Jose Praciano Neto
Jose Praciano Neto
Escrevente Autorizado na Form.
Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Cartório Moura - 2º Ofício	Emolumentos	43,85
	FERMOJU	2,77
	Valor Selo	4,75
	ISS	2,39
	FAADEP	2,39
	Prenotação	51,27
	FRMP	2,19
	Nº do Selo	AH 521.854
Via(s)		

Associação Cultural de Itapipoca
02.579.495/0001-80

Ofício 51/2017/ACI

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
Secretaria de Radiodifusão – Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de
Fiscalização - Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas do Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações - MCTIC

Assunto: Resposta ao Ofício 51117/2017/SEI-MC-TIC e Nota Técnica nº 27398/2017/SEI-MCTIC

Processo: 53.900.016402/2015-33

Localidade: Itapipoca/CE

Senhora Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária,

Em resposta ao Ofício 51117/2017/SEI-MC-TIC e Nota Técnica nº 27398/2017/SEI-MCTIC venho
através deste no prazo legal, encaminhar as pendências constatada no processo
53.900.016402/2015-33. (anexo)

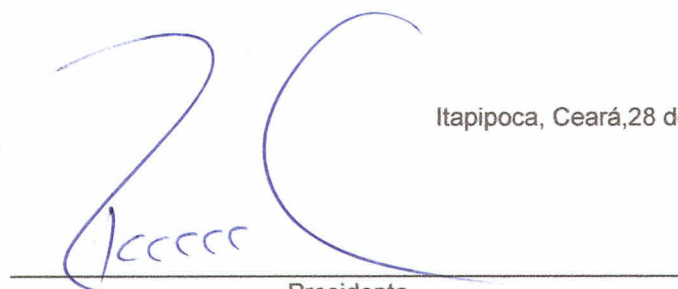
Do exposto, requeremos a vossa excelência o prosseguimento do aludido processo de renovação
de outorga 53.900.016402/2015-33 neste honrado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações.

Estaremos sempre à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Nós
que fazemos parte da ACI desejamos continuar prestando os relevantes serviços a nossa
comunidade.

Atenciosamente,

Respeitosamente,

Itapipoca, Ceará, 28 de Dezembro de 2017.



Presidente
Claudio Renato Pires da Costa
CPF: 613.675.083-04

renatoebelene@gmail.com - Ascui2016@gmail.com (88) 996-66-4545 -(85)98690-5003

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
CULTURAL DE ITAPIPOCA - CNPJ: 02.579.495/0001-80

Aos 19 (dezenove) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), as 08:00hs, na Rua José do Patrocínio, 840, Bairro Centro, Cep: 62.500.000 em sua sede social no Município de Itapipoca, Ceará, reuniram-se a maioria da diretoria da entidade, a maioria absoluta dos associados, fundadores, contribuintes, beneméritos e populares em primeira convocação, sob a Presidência do Sr. Cláudio Renato Pires da Costa, todos adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberar a respeito do comunicado afixado na sede da entidade, no estúdio e na sede das entidades que compõe o conselhos comunitários, conforme reza o Art.11 do Estatuto, a fim de tratar da ordem do dia **1) Reforma do estatuto da entidade**. Após a leitura do comunicado de convocação, o Senhor Diretor Presidente convidou para secretariar os trabalhos da reunião o Diretor Administrativo Sr. José Maria Pereira do Nascimento, convidou também toda a diretoria para compor a mesa juntamente com os demais componentes, designando posteriormente para a apreciação da Assembléia Geral Extraordinária: **1) Reforma no estatuto da entidade**, sendo o mesmo submetido a votação conforme reza o Art.11 do Estatuto, que recebeu os votos de dois terço dos dos associados presentes, sendo o mesmo aprovado na íntegra. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente convocou todos os presentes para assinar a Ata, visto que não tinha mais nada a tratar. Encerrou-se, assim a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu José Maria Pereira do Nascimento, lavrei a presente Ata que assino com os demais dirigentes e associados. Itapipoca (Ce), 19 de dezembro de 2017. Seguem as assinaturas.

Cláudio Renato Pires da Costa, José Maria Pereira do Nascimento, Raidson Barroso Tabosa, Gilvan Rodrigues Matias, Bruno Viana Valente, Francijorge Domingues Farias, Sarah Erika Rodrigues Pinto, Marcio Pereira Freire, Karine Teixeira Xavier, Mayara Gleucyane Benigno Mesquita, Jose Mota Xavier, Maria Silvenilda Magalhães, Francisca Liliana Gomes Teixeira, Lúcia Matias de Oliveira Sousa, Valquíria Dutra Teixeira, Maria Elaine de Sousa Batista, Maria Lucineide Alves Oliveira, Emilio Rodrigues de Sousa, Reginaldo Araújo Bezerra, Joana Darc Moura Sousa, José Wanderlei Sousa Soares, Manoel Teixeira dos Santos, Dayane Freitas Holanda, Maria Analiana de Almeida Firmino, Gorete Evangelista Campos, Maria Delane Moura Pereira Castro, Maria Francilene Rodrigues Ramos Carvalho, Antônia Eridam Mendes Freitas, Maria Sandra de Sousa Pires, Estevynã Irineu de Araujo da Silva, Francisca Matias de Sousa, Luiz Carlos Albuquerque Carneiro, Antônio Matias de Lima, Francisco de Assis Santos Viana, José Alberto Braga Alves, Francisco Renato Cunha Soares, Eridan Pires da Costa, Marcos Antônio de Sousa Moura.

Cláudio Renato Pires da Costa
Presidente

José Maria Pereira do Nascimento
Diretor Administrativo

Raidson Barroso Tabosa Montenegro
Diretor de Operação

FRANCIS JORGE DOMINGUES FARIAS

marcio pereira Freire

Grizdan Pires da Costa

Lucia matias doliveira souza

SARAH ERIKA RODRIGUES PINTO

Immo Vime Vuit

Darlene Fritas Holanda

Antonia Gisele Pires Fritas

Maria Suelma de Sousa Pires

Maria Suelma de Sousa Pires

Francisca matias de souza

Luiz Carlos Albuquerque Carneiro

Maria Silveirilda magalhães

Valquíria Dutra Teixeira

Francisco Antonio de Jesus Pessoa

FRANCISCA LILIANA GOMES TEIXEIRA

Francisca Nívea Gomes Teixeira

Larissa Talizena Vaz

Jose Mafro Moura

Valido Somente com
Selo de Autenticidade

Reconheço verdadeira, por semelhança a(s) firma(s) de

Claudio Renato Pires da Costa

do Nascimento

Barroco Taboas Montenegro

Do fe.

Itapirica, de 27 DEZ. 2017

Em testemunho da Verdade.

Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabelião

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Valido Somente com
Selo de Autenticidade

2º Registro de Pessoas Jurídicas

CARTÓRIO MOURA

Av. Anastácio Braga, 557 - Fone: (88) 3631-2066

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLs 277

LIVRO Nº 02, REGISTRO Nº 3502 COMO

AVERBAÇÃO DO REGISTRO PRIMITIVO

Nº 571

ITAPIRICA, 27 DEZ. 2017

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Emolumentos 43,85

FERMOJU 2,77

Valor Selo 4,75

ISS 2,19

FAADEP 2,19

Prenotação 51,27

FRMP 2,19

Nº do Selo AH 521.853

Via(s)

Cartório Moura - 2º Ofício



CERTIDÃO Nº. 517

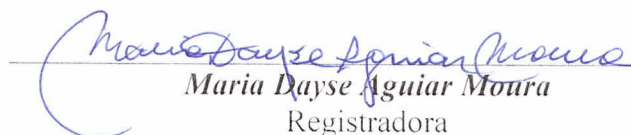
CERTIFICO como me faculta a Lei, a requerimento verbal da parte interessada que, dando busca no arquivo deste Cartório, verifiquei que a ATA da assembleia Extraordinária Para Criação e instalação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE ITAPIPOCA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.579.495/0001-80, FOI REGISTRADA NO CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE ITAPIPOCA, como conta registro sob nº 735, fls. 28, do livro nº 01, do Registro de pessoas jurídicas, datado de 15 de outubro de 2001. Bem como o ESTATUTO da referida Associação, sob o nº 591, em data de 17 de junho de 1998. CERTIFICO mais que a ATA da referida associação foi reformulada e com uma nova denominação de **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA** conforme consta no microfilme nº 752, do registro de pessoas jurídicas, foi feito uma outra Ata com o nº de registro de 2.937, fls. 146, do livro A-2 datado em de 14 de maio de 2015; e também seu ESTATUTO foi reformulado, conforme consta o registro nº 2.938, protocolado as fls. 146, do livro A-2 datada em 14 de maio de 2015. CERTIFICO mais que a ATA da referida associação foi reformulada conforme consta o novo registro sob o protocolo nº 3502, fls. 277, Livro 02 datada em 27 de dezembro de 2017; e também seu ESTATUTO foi reformulado, conforme consta o novo registro sob o protocolo nº 3503, fls. 277, Livro 02 datado em 27 de dezembro de 2017. CERTIFICO ainda que a Associação acima referida tem personalidade jurídica. O referido é verdade. Dou fé.

Tribunal de Justiça CARTÓRIO MOURA	
Emolumentos	R\$ 19,58
FERMOJU	R\$ 3,69
Vr SELO	R\$ 6,85
ISS	R\$ 0,98
FAADEP	R\$ 0,98
FRMP	R\$ 0,98
Nº do Selo	AJ 358 679
Via(a)	01
Válido somente com selo de autenticidade	

Em testemunho (Ass) da Verdade.

Itapipoca, 27 de dezembro de 2017.

2ª Oficiala do Registro Civil das Pessoas Jurídicas


Maria Dayse Aguiar Moura
Registradora



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
CNPJ:02.579.495/0001 -80

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º - A Associação Cultural de Itapipoca, doravante denominada -ACI, fundada em 06 de junho de 1998, situado na Rua José do Patrocínio, 840, Centro, CEP:62.500.000, no Município de Itapipoca, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união pessoas, para fins não económicos, do município de Itapipoca.

Parágrafo Primeiro - A Associação Cultural de Itapipoca utilizará como denominação fantasia "Itapipoca FM", e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A Associação Cultural de Itapipoca tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I - beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Contribuir pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar;
- b) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, esportes náuticos, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- c) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura, o esporte e o convívio social;
- d) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- e) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- f) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II- respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais, esportivas e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas, culturais e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

[Assinatura manuscrita]
02/06/2017

d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

Parágrafo Primeiro - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

Parágrafo Segundo - Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º- Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

Parágrafo Único - Os voluntários que prestam serviços para a entidade, associados ou não, receberão uma ajuda de custo fixada pela Diretoria.

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º- Serão admitidos como associados, às pessoas físicas que tenham preenchido o formulário próprio apenas para fins de registro cadastral e admitidos em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - A entidade poderá requerer do interessado o preenchimento do formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado..

Parágrafo Segundo - A qualidade de associado é intransmissível.

Art. 6º- A **Associação Cultural de Itapipoca** será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I - Fundadores - formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II - Contribuintes - os que contribuem da forma estipulada em Assembleia;
- III - Beneméritos - os que contribuem com donativos e doações.

Art. 7º- As contribuições dos associados serão reguladas em Assembleia Geral.

Art. 8º- São direitos e deveres dos associados:

- a) ter voz, o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12 e não tenham faltado três assembleias consecutivas;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembleia Geral.
- c) ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de voluntários, colaboradores e participantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à diretoria.
- d) desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade, ou através de convênios;
- e) prestar serviços na condição de voluntário, sempre que convocados para tal, para o melhor desempenho das atividades da Entidade.
- f) Acatar as determinações da diretoria
- g) comparecer e tomar parte nas assembleias Gerais,
- h) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física e jurídica.**

Art. 9º- É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social

- I - Grave violação do Estatuto;
- II - Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;
- III - Promover atividades que contrariem decisões de Assembleias;
- IV - Desvio de bons costumes;
- V - Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- VI - Falta de contribuições associativas estipulada em assembleia.

Parágrafo Único - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocado especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Art. 10 - São órgãos da Associação Cultural de Itapipoca:

- a) Assembleia Geral;
- b.) Diretoria executiva;
- c) Conselho Comunitário.
- d) Conselho fiscal, será o órgão de aferição, acompanhamento, avaliação e averiguação, eleito para acompanhar permanentemente o desempenho da entidade, eleito em Assembleia Geral para mandato igual ao da diretoria , sendo composto três membros efetivos e três suplentes.

§ 1º- O conselho fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade.

§ 2º- Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos.

§ 3º- Os membros suplentes poderão obedecida a ordem de súplica, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos faltosos.

Art. 11 - A assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da **Associação Cultural de Itapipoca**, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 29 (vinte e nove) de dezembro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) ano(s) para eleição da Diretoria e do Conselho comunitário, e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

§ 1º A assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados/para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da **Associação Cultural de Itapipoca** e no estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§3º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

§4º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

Art. 12 - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da **Associação Cultural de Itapipoca** poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no § 1º do Art. 11.

§2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- c) Representar a **Associação Cultural de Itapipoca** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **Associação Cultural de Itapipoca**.
- e) Apresentar relatório anual a assembleia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

a) Ao **Diretor Presidente** compete: representar a **Associação Cultural de Itapipoca**, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria; assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em assembleia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;

b) Ao **Diretor Administrativo** compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **Associação Cultural de Itapipoca**, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento económico financeiro da entidade;

c) Ao **Diretor de Operações** compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão; promover a integração da comunidade com o serviço prestado;

Art. 14 - O Conselho Comunitário será composto pelas entidades elencadas no parágrafo primeiro, que indicarão um representante cada, para compor o conselho, e terá a função de aprovar a programação da emissora.

Parágrafo primeiro - Fazem parte do Conselho Comunitário:

a) Associação dos Moradores do Bairro do Cruzeiro b) Associação Comunitária do Bairro Alto Alegre, c) Associação Comunitária do Julho II, d) Associação de moradores e moradoras do bairro nova aldeota, e) Associação dos moradores do Bairro do Violete.

Parágrafo segundo - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 15 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até cinco dias antes da assembleia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominada completa e pelo devido expreso consentimento de seus membros.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

§3º - A comissão eleitoral será indicada ou formada pelo Conselho de Fundadores.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17- O Patrimônio e Receita da **Associação Cultural de Itapipoca** será composto pelas contribuições sociais definidas pela assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 19 - A dissolução da **Associação Cultural de Itapipoca** ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não económicos congénere, definida na assembleia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 21 - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2017 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Itapipoca, Ceará 19 de dezembro de 2017.

Associação Cultural de Itapipoca

Presidente

Diretor Administrativo

Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Presidente do Conselho

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Reconheço verdadeira, por semelhança a(s) firma(s) de

Claudio Renato Lima da Costa

Raldson Barreto Tabosa

Montenegro Foz Maria Perui

ora do Nascimento Dou fé.

Loca, de 27 DEZ 2017.

Testemunho da Verdade.

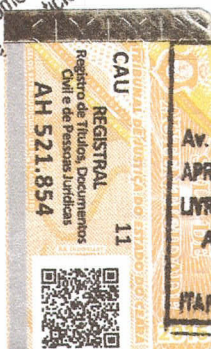
Maria Dayse Aguiar Moura - 2ª Tabeliã

Jose Praciano Neto

Escrevente Autorizado na Form.

Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Valido Somente com
Selo de Autenticidade



2º Registro de Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MOURA
Av. Anacleto Braga, 557 - Fone: (88) 3631-2066
APRESENTADO HOJE, PROTOCOLO ÀS FLS. 277
LIVRO Nº 02, REGISTRO Nº 3503, COMO
AVERBAÇÃO DO REGISTRO PRIMITIVO
Nº 571
ITAPIOCA, 27 DE JULHO DE 2017

Jose Praciano Neto
Jose Praciano Neto
Escritor Autorizado na Form.
Do Art. 20§ 1º da lei 8936/94

Cartório Moura - 2º Ofício	Emolumentos	43,85
	FERMOJU	2,77
	Valor Selo	4,75
	ISS	2,39
	FAADEP	2,39
	Prenotação	51,27
	FRMP	2,19
	Nº do Selo	AH 521.854
Via(s)		



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA

CNPJ: 02.579.495/0001-80

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:56:37 do dia 19/02/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/03/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Identificação do Processo

Númer 53900.016402/2015 Localidade / ITAPIPOCA/CE
 Entid ASSOCIACAO CULTURAL DE ITAPIPOCA
 Aviso 4 Publicaç 18/03/1999 Prazo: 30 Can 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associaç

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Raidson Barroso Tabosa	669.471.463-72	Diretor de Operações	06/03/2015 06/03/2019	
Cláudio Renato Pires da Costa	613.675.083-04	Presidente	06/03/2015 06/03/2019	(88) 996664545 (88) 36313988 (88) 99612914 (88) 36313988
José Maria Pereira do Nascimento	699.585.643-00	Diretor Administrativo	06/03/2015 06/03/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº: 53900.016402/2015-33

Localidade: Itapipoca / CE

Entidade: Associação Cultural de Itapipoca

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (0531532)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 27/05/2015

1.2) Tempestividade: Abrangido pela Lei nº 13.424/2017 (art. 6-B, §6º).

2) Estatuto Social: (2537543) (2537544) (2537545) (2537546) (2537547) (2537548) (2537549) (2537550) (2537551) (2537552) (2537553) ? registrado

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 8, h

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 8, a

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, a

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 10 e 12

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 13

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12 (4 anos)

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 14

3) Ata de Eleição da Diretoria: fl. 9 a 11 (0531532) - registrada

Mandato de 06/03/2015 a 06/03/2019

Presidente: Claudio Renato Pires da Costa CPF: 613.675.083-04 DN: 09/07/1971

Diretor Administrativo: José Maria Pereira do Nascimento CPF: 699.585.643-00 DN: 29/08/1975

Diretor de Operações: Raidson Barroso Tabosa CPF: 669.471.463-72 DN: 04/11/1982

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 40 e 42 (0531532); (2350367)

5) CNPJ: fl. 03 (0531532)

6) Certidão Negativa da Anatel: (2667225)

7) Declaração de conformidade: fl. 38 (0531532)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 22 e 27 (0531532)

*****CONCLUSÕES:**

- Após consulta ao site da Anatel, constatou-se a inexistência de débitos.
- A entidade não possui vínculos.
- Processo instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações à CGFI acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos.

Luciana Pimentel Chaves

Data de Envio:

20/02/2018 17:30:05

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE (processo nº 53900.016402/2015-33), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Qua, 21 de fev de 2018 16:11

 1 anexo

Assunto : Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

NADA CONSTA

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

53560.001812/2012

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Portaria nº 196, de 17/02/2014, publicada no D.O.U de 18/02/2014 - MULTA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, incisos XII e XV do Decreto 2.615/98 e Art. 28, item 12 alínea "h" do Decreto 52.795/63.
- Infração: (data de ocorrência: 09/07/2012).

53000.006739/2006

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Despacho nº 24, de 19/01/2009, publicado no D.O.U de 07/04/2009 - ADVERTÊNCIA;
- Irregularidade apurada: Item 18.1.5 da Norma 01/2004.
- Infração: (data de ocorrência: 12/04/2005).

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de

Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 20 de fevereiro de 2018 17:30:05

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE (processo nº 53900.016402/2015-33), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

Chefe do Serviço de Degravação - SEDEG

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3ºAndar, Sala 324-oeste.

CEP 70044-900 Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6811

lilian.misquita@mctic.gov.br



SRD - ITAPIPOCA.pdf

272 KB



BOM DIA
LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: CE
Município: Itapipoca
Canal: 254
Fase: 3

Distrito: Itapipoca
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA JOSE DO PATROCINIO, 840
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.579.495/0001-80
Bairro: CENTRO
Número: S/N
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 62500000
Número: S/N
Município: Itapipoca
Telefone:

Logradouro: RUA JOSE DO PATROCINIO, 840
Complemento:
Distrito: Itapipoca

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

Estado: CE

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 62500000
Número: 840
Município: Itapipoca
Telefone:

Logradouro: RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO
Complemento:
Distrito:
SubDistrito:

Bairro: CENTRO
Estado: CE

Fax: **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo: ◀

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	408	◀	Portaria ▼	MC ▼	14/08/2003	◀	21/08/2003	Autoriza Executar Serviço ▶ Jur. ▼
<input type="text"/>	45707	◀	ATO ▼	SCM ▼	05/08/2004	◀	06/08/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM ▶ Téc. ▼
<input type="text"/>	477	◀	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	02/06/2005	◀	03/06/2005	Deliber. do C. Nacional ▶ Jur. ▼

	51137	ATO	CMPRL	23/06/2005	24/06/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	24	Despacho	MC	19/01/2009	07/04/2009	Advertência	Jur.
	196	Portaria	MC	17/02/2014	18/02/2014	Multa	Jur.

+ Característica da Estação Instalada**- Dados do Licenciamento****Dados da Estação****Entidade:** ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA - CNPJ/CPF(02.579.495/0001-80)**Município/UF:** ITAPIPOCA/CE**Indicativo:** ZYS838**Situação:** Entidade não possui débitos**Canal:** 254**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo

Sábado

00:00

24:00

X

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PORTARIA Nº 233, DE 20 DE AGOSTO DE 2003

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a importância do apoio diagnóstico dos laboratórios clínicos integrantes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de elaborar proposta para estruturação dos serviços de laboratório de referência, de acordo com a NOAS 01/02;

Considerando a necessidade de promover a revisão do Elenco de Procedimentos da Tabela SIA/SUS, na área de patologia clínica;

Considerando a necessidade de reestruturação de laboratórios clínicos para adequação ao disposto na Portaria GM/MS nº 15, de 03 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, e seu impacto na estruturação da rede de laboratórios, e

Considerando a necessidade de elaborar a capacitação de recursos humanos dos laboratórios clínicos integrantes do SUS, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Atenção à Saúde/SAS, Grupo de Trabalho com a finalidade de proceder aos estudos técnicos com vista a estabelecer as seguintes orientações:

1 - critérios para a reestruturação da rede de laboratórios clínicos;

2 - critérios para elaboração de um plano de capacitação de recursos humanos, e

3 - ações de melhoria da qualidade dos exames realizados.

Art. 2º Definir que o Grupo de Trabalho de que trata o

Artigo 1º desta Portaria será composto pelas unidades e instâncias abaixo relacionadas e atuará sob a coordenação da primeira:

- Coordenação-Geral de Média Complexidade Ambulatorial/DAE/SAS/MS;

- Grupo Assessor Sobre Laboratórios Clínicos/GALC/SAS;

- Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar/DAE/SAS/MS;

- Coordenação-Geral de Alta Complexidade/DAE/SAS/MS;

- Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/DAE/SAS/MS;

- Departamento de Atenção Básica - DAB/SAS/MS;

- Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - DAPE;

- Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - DERAC/SAS/MS;

- Fundação Nacional de Saúde/FNS/MS

- Secretaria de Ciências e Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS

- Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/MS

- Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENA-SUS/MS;

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/MS;

- Secretaria de Vigilância em Saúde/SVS/MS;

- 01 (um) representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS;

- 01 (um) representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS;

- 01 (um) representante da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas;

- 01 (um) representante da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica;

- 01 (um) representante de entidades prestadoras;

- 01 (um) representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS

Art. 3º - Estabelecer que o Grupo de Trabalho ora instituído

deverá, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, apresentar uma proposta de readequação da política nacional para os Laboratórios Clínicos a ser adotada pelo Ministério da Saúde e demais instâncias de gestão do SUS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SOLLÁ

PORTARIA Nº 235, DE 20 DE AGOSTO DE 2003

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Ofício CIB/RN nº 108/03, de 06 de junho de 2003, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Norte, resolve:

Art. 1º Alterar o teto financeiro mensal de Média e Alta Complexidade do município abaixo, habilitado em Gestão Plena do Sistema Municipal, sem impacto financeiro no limite de recursos do Estado.

UF: RIO GRANDE DO NORTE

Código	Município	Teto Financeiro (R\$)
240810	Natal	4.866.600,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2003.

JORGE SOLLÁ

PORTARIA Nº 236, DE 20 DE AGOSTO DE 2003

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e Considerando as Resoluções CIB/MA nº 039/2003, nº 041/2003 e nº 042/2003, datadas de 06 de junho de 2003, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Maranhão, resolve:

Art. 1º - Alterar os tetos financeiros mensais de Média e Alta Complexidade dos municípios abaixo, habilitados em Gestão Plena do Sistema Municipal, sem impacto financeiro do referido Estado.

UF: MARANHÃO

Código	Município	Teto Financeiro (R\$)
210300	Caxias	795.378,00
210990	Santa Inês	578.125,00
211220	Timon	421.287,00
211400	Zé Doca	55.454,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2003.

JORGE SOLLÁ

PORTARIA Nº 237, DE 20 DE AGOSTO DE 2003

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e Considerando a Resolução CIB/TO nº 016/2003, de 12 de junho de 2003, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, resolve:

Art. 1º - Alterar o teto financeiro mensal de Média e Alta Complexidade do município abaixo, habilitado em Gestão Plena do Sistema Municipal, sem impacto financeiro no limite de recursos do Estado.

UF: TOCANTINS

Código	Município	Teto Financeiro (R\$)
211575	Palmeirópolis	14.282,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2003.

JORGE SOLLÁ

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 14 DE AGOSTO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar a entidade abaixo relacionada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. O ato de autorização somente produzirá efeito legal após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
408	53650.001816/98	Associação Cultural de Itaipoca	Itaipoca/CE

MIRO TEIXEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 22.522, DE 31 DE JANEIRO DE 2002

Processo nº 53532.000167/2001 - Decretar a caducidade das Permissões do Serviço de Radioamador das entidades abaixo relacionadas, por descumprimento do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 2001.

NOME	CGC/CNPJ	FISTEL
ALESSANDER FRANCA NOBREGA	030.866.964-94	21000121267
ALMIR GOMES DA SILVA	879.933.174-87	7020581900
ANTONIO CANDEIA BORGES JUNIOR	110.624.604-72	21000118800
AUGUSTO LACERDA DA SILVA	019.246.234-20	7020583601
CARLOS GOMES DE PAULA	231.535.554-00	7020579248
CLAUDIO DA SILVA PEREIRA	669.799.004-04	7020578861
DIOGENES PEREIRA DA SILVA	489.055.694-04	21000117669
DOMINGOS SAVIO BRANDÃO DE SOUZA	491.389.444-72	6020620719
EDMILSON AURELIANO DE CASTRO	389.625.274-72	7020582389
EDMILSON VICENTE DA SILVA	389.625.274-72	7020608361
EPIFANIO LEITÃO SALVADOR	167.827.804-10	7020585647
FERNANDO ANTONIO S. WANDERLEY	493.359.604-20	7020582621
FRANCISCO ATAIDE RODRIGUES OLIVEIRA	215.070.583-49	6020620204

FRANCISCO EDILSON LOPES DA SILVA	464.991.807-34	21000117901
GLAUDSON VILA NOVA	249.551.164-34	7020597068
GRUPO VHE RECIFE	11.546.173.0001-26	7000241667
JAILSON ROQUE BATISTA	430.705.404-06	7020580254
JAIME CABRERO FERNANDES	007.874.674-48	7020581226
JOÃO FRANCISCO RIBEIRO RABAY	376.434.794-53	21000121429
JOÃO SEVERINO CARNEIRO	013.801.764-68	7020582893
JORGE AUGUSTO FERREIRA DA COSTA	429.027.464-15	7020579833
JOSÉ DE BARROS	053.847.374-68	7020582702
JOSÉ GRANJA DE MIRANDA	146.759.944-15	7020578608
JOSÉ PEREIRA SOBRAL	179.907.344-00	7020582540
JOSÉ VIEIRA COSTA	203.384.814-00	21000083403
JOSUE FIDELIS DE OLIVEIRA FILHO	501.948.354-04	7020580505
JUNIELLY DUARTE CANDEIA	110.624.604-72	21000119440
JURANDOR JOSÉ DA SILVA	632.767.044-04	7020580335
LUIZ CARLOS LDE OLIVEIRA ANDRADE	587.389.244-04	7020585728
LUIZ CARLOS MIRANDA RAMOS	076.221.801-06	21000034453
LUIZ DO NASCIMENTO BUGARIM	240.573.334-00	22000052614
LUIZ MOTA ACCIOLY NETO	240.610.774-49	50003329895
MARCELO JOSÉ DE CARVALHO SILVA	591.177.964-38	7020596843
MARCELO TAVARES MARQUES BRANDÃO	989.338.254-87	7020583199
MARCIO ROGERIO SOARES	715.706.914-87	7020597491
MARCOS ANTONIO DA SILVA	496.166.504-59	7020580688
MARCOS ANTONIO M. ARRUDA FALCÃO	531.567.814-87	7020578942
MARIA DE LOURDES NENEN M. MATIAS	025.518.454-91	21000120376
MARIA FRANCA NOBREGA	591.910.234-91	21000121348
NATANAEL FELIX DOS SANTOS	667.991.804-97	7020585566
PAULO ROBERTO BEZERRA CAVALCANTI	263.383.604-63	21000106381
ROBERTO HUGO PEDROSA VIEIRA	160.617.804-00	21000119793
ROBERVAL DA SILVA COSTA	215.214.094-04	7020583431
ROBSON XAVIER DO NASCIMENTO	839.286.344-53	21000121690
SERGIO HENRIQUE DE OLIVEIRA BELO	710.195.534-72	7020585485
UBERLANDO DOS SANTOS	864.187.004-06	7020581650
VALDEMBERG BORGES DA PAIXÃO	449.024.764-87	6020621790
WALDOMIRO RIBEIRO GUIMARÃES	016.276.194-53	21000120538
WALKER ROCHA FERNANDES	004.435.224-72	21000119955

RENATO NAVARRO GUERREIRO
Presidente do Conselho

ATO Nº 22.523, DE 31 DE JANEIRO DE 2002

Processo nº 53532.000167/2001 - Decretar a caducidade das Autorizações do Serviço de Radioamador das entidades abaixo relacionadas, por descumprimento do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 2001.

NOME	CGC/CNPJ	FISTEL
ABSAIAO ALVES DE MORAIS	020.508.114-20	21000126145
ADRIANO MAX MARQUES BARBOSA	529.305.304-30	7020577113
AGILDO ALEXANDRE PEREIRA DA ROCHA	354.135.904-82	50002652978
AILTON FRANCISCO DE SOUZA	944.120.734-91	7020600034
ALBERTO GUILHERME LIMA DE AZEVEDO	188.953.284-34	7020599516
ALEX FRANCISCO DE SOUZA	270.717.074-72	7020604706
ALEXANDRE JOSÉ DE LIMA	416.496.724-20	7020565964
ALUIZIO ANILINO DA SILVA	365.093.294-68	21000122662
ALUIZIO CAETANO GOMES	102.539.201-91	21000128784
ANDERSON FRANCA NOBREGA	131.554.744-91	21000131653
ANDRE LUIZ BORGES E SOUZA	998.415.504-82	7020597904
ANTONIO ATAULFO TARGINO DE SOUZA	930.621.174-00	21000043525
ANTONIO CARLOS VILACA VIEIRA	099.010.864-34	7020609090
ANTONIO LAURENTINO RIBEIRO GARCIA	131.879.374-20	21000117235
ANTONIO MACIEL DE SOUZA	459.622.274-68	7020599001
ASTENY BARBOSA DE MELO	033.759.794-44	50003573109
BENJAMIM RODRIGUES DE SOUZA	799.288.204-06	7020607985
CARLOS SILVA CABRAL FILHO	525.265.504-91	7020600468
CLAUDIOMAR BEZERRA DA SILVA	349.647.624-91	7020608019
DOUGLAS FRANCISCO DOS SANTOS	386.916.604-68	7020606822
EDILSON FERREIRA DA SILVA	129.372.234-00	22000055397
EDMILSON ROBERTO LINS	448.542.854-00	7020579329
EDNEIDE GOMES DE OLIVEIRA	462.928.964-04	7020601197
ELIAS AFORA NETO	160.541.724-68	21000123987
ELIEL ALVES DA SILVA	381.467.384-00	7020605770
ELIESE VICENTE FERREIRA	344.953.554-49	7020598625
ELVIS ANDERSON SOARES DA SILVA	962.109.824-68	7020600891
ENOQUE LOPES DA SILVA	097.563.024-53	7000247002
ERINALTA PEREIRA DA SILVA	924.374.434-87	50003318427
ERZON MACIEL LACERDA	035.683.934-68	700074230
EUDES GOMES DE ARAUJO	380.566.404-44	21000124282
EZEQUIEL CANDIDO ARAUJO SILVA	030.784.274-63	50001816624
FABIO EMANUEL DIAS VILLAR	552.744.714-04	21000130177
FERNANDO MELO DO NASCIMENTO	602.235.224-49	7000083220
FERNANDO PEREIRA RESENDE	047.561.264-72	7000217952
FRANCISCO CELESTINO DOS SANTOS	077.127.663-04	7000049200
FRANCISCO FERREIRA NETO	631.864.204-82	21000121933
GENARIO CEZAR DO NASCIMENTO	005.725.004-91	7000083140
GIONE PEREIRA DA SILVA	753.672.204-44	21000131149
GUSTAVO CORREIRA ALVES DA SILVA	023.988.814-66	7020604617
ILVO MONTEIRO SOARES DE MEIRELLES	001.637.164-04	7000113073



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de julho de 1999, a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 469, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO BROTENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porecatu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 2 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de junho de 1998, a concessão da Rádio Brotense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porecatu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 470, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO VILA REAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de novembro de 1998, a concessão da Sociedade Rádio Vila Real Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 471, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 472, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 287, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão a Alagoas Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 473, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 272, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Cidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 474, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO POPULAR DE PARAIPABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraipaba, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 485, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraipaba, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 475, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO AQUARELA CEARENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapagé, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.923, de 17 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Aquarela Cearense Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapagé, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 476, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE ASSARÉ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 487, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Assaré a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapioca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 408, de 14 de agosto de 2003, que autoriza a Associação Cultural de Itapioca a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapioca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 478, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a SOCIEDADE CIVIL PARA O DESENVOLVIMENTO DE BARBALHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 760, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Sociedade Civil para o Desenvolvimento de Barbalha a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 2 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

NOTA TÉCNICA Nº 5071/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.016402/2015-33.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Cultural de Itapipoca**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Itapipoca / CE**, por meio da Portaria nº 408, publicada no DOU de 21/08/2003, e Decreto Legislativo nº 477, publicado no DOU de 03/06/2005.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 03/05/2015. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 27/05/2015, à fl. 01 (0531532), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ITAPIPOCA
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Cláudio Renato Pires da Costa

Diretor Administrativo: José Maria Pereira do Nascimento

Diretor de Operações: Raidson Barroso Tabosa

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl. 01, Requerimento 0531532
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Petições 2537543, 2537544, 2537545, 2537546, 2537547, 2537548, 2537549, 2537550, 2537551, 2537552, 2537553, 2350367.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Petições 2537543, 2537544, 2537545, 2537546, 2537547, 2537548, 2537549, 2537550, 2537551, 2537552 e 2537553.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 09 a 11, Requerimento 0531532
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls. 40 e 42 (Requerimento 0531532) e Petição 2350367
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls. 22 e 27, 0531532
	Declaração firmada pelo representante			

6	legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl. 38, 0531532
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		Evento 2667225
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		fl. 03, 0531532
9	Relatório de apuração de infrações	X		E-mail 2672066
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

4. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da

outorga.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2718481).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016402/2015-33, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itapipoca / CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001816/1998 e nº 53900.016402/2015-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 08/03/2018, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/03/2018, às 08:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 14/03/2018, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1257670



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão**, em 22/03/2018, às 10:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2718560** e o



código CRC **C7BC75DE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016402/2015-33

SEI nº 2718560

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.016402/2015-33**

Entidade: **Associação Cultural de Itapipoca**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 5071/2018/SEI-MCTIC (Evento SEI 2718560), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação Cultural de Itapipoca**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Itapipoca/CE, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/03/2018, às 15:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2802450** e o código CRC **BAFDA9EA**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016402/2015-33, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itapipoca / CE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº

DE

DE

DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001816/1998 e nº 53900.016402/2015-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 1692/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001816/1998 e nº 53900.016402/2015-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/04/2018, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2808043** e o código CRC **256F244B**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016402/2015-33, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itapipoca / CE.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 04/04/2018, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2808083** e o código CRC **37BB8AF6**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 06/04/2018 11:05:13
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4740965
Data prevista de publicação: 09/04/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10658777	ATO PORTARIA Nº 1690 MIN REN.rtf	ea62b7b0a4c16de3 ead56eec71256412	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
10658778	ATO PORTARIA Nº 1691 MIN REN.rtf	40ca6373800fa084 294401d2a5b3b979	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658779	ATO PORTARIA Nº 1692 MIN REN.rtf	c4bf3b45b1093f92 9fda52f8900a67c4	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658780	ATO PORTARIA Nº 1695 MIN REN.rtf	0cadd9159c45c053 89fa9b080ceacd37	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658781	ATO PORTARIA Nº 1696 MIN REN.rtf	6ff7c992a1194bf5 d27839ad25c63468	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658782	ATO PORTARIA Nº 1697 MIN REN.rtf	6006cbf30967f1e8 3729ded39674cb22	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658783	ATO PORTARIA Nº 1699 MIN REN.rtf	9e914704d3c62b3c fa6f6fd73998f835	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658784	ATO PORTARIA Nº 4707 MIN REN.rtf	5491a7e2a33577f6 ccfb0e1b9a4320e5	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658785	ATO PORTARIA Nº 5742 MIN REN.rtf	f587bcf0d163c764 8f18342c9a64c5ff	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10658786	ATO PORTARIA Nº 711 MIN REN.rtf	94841c2d4b252644 92470c657a010821	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			61,00	R\$ 2.015,44



PORTARIA Nº 711-SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015613/2013-31 e nº 53630.002597/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Russas / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.648-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.060089/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária em Pró da Vida - ACOPAVI, com sede na Rua José Cantalice, s/nº, Centro, no município de Dona Inês, no estado da Paraíba, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,5 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.651-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.075619/2013-67, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Cidade de Cruz Alta - ARCCA, com sede à Rua Guilherme Nascimento, s/nº - Abegay, na localidade de Cruz Alta / RS, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 98,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.690-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000673/2002 e nº 53900.048911/2015-25, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE ARAÇUAÍ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Araçuaí/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.691-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.005124/1998 e nº 53900.017535/2015-27, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-VIDA DE SOBRADINHO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sobradinho / DF.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.692-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001816/1998 e nº 53900.016402/2015-33, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itapipoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.693-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.069398/2013-98, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social de Erechim (CODESE), com sede à Rua Wladislau Krepinski nº 1000 - B. Atlântico, na localidade de Erechim / RS, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.694-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.047896/2013-80, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à CEDESCOM - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO DE NOVA CAMPINAS, com sede à Automóvel Clube nº. 720, Km 50, Vila

Santa Cruz (Parque Nova Campinas), na localidade de Duque de Caxias/RJ, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 98,7 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.695-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000170/1999 e nº 53900.029943/2015-21, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de agosto de 2015, a autorização outorgada à Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiopolis, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Janiópolis/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.696-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000557/1998 e nº 53900.017337/2015-63, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de julho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE OUVIDOR - GO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ouvidor / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.697-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000695/1998 e nº 53900.017133/2015-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de São José do Cerrito/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.016402/2015-33**.

Entidade: **Associação Cultural de Itapipoca**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 1692/2018, de 04 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2018, renovou-se a outorga da **Associação Cultural de Itapipoca** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Itapipoca / CE. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53900.016402/2015-33, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/04/2018, às 15:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2868864** e o código CRC **12F8CB3E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016402/2015-33

SEI nº 2868864

Brasília, 04 de Julho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016402/2015-33, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Itapipoca / CE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 26581/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Substituta**, em 09/07/2018, às 17:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3124633** e o código CRC **FCFF74A9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 26581/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.016402/2015-33 - Nº SEI: 3124633